



ANO XLVII — Nº 19

SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 10<sup>a</sup> SESSÃO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1992

##### 1.1 — ABERTURA

###### 1.1.1 — Fala da Presidência

— Finalidade da sessão destinada ao comparecimento do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira, a fim de prestar informações sobre assuntos relacionados com a sua Pasta.

1.1.2 — Exposição do Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira

###### 1.1.3 — Fase de Interpelações

Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Henrique Cardoso, Coutinho Jorge, Esperidião Amin, Raimundo Lira, Cid Sabóia de Carvalho e Humberto Lucena.

##### 1.1.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.2 — ENCERRAMENTO

#### 2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 255<sup>a</sup> Sessão, realizada em 16-12-91

#### 3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 58 a 61, de 1992

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 10<sup>a</sup> Sessão, em 27 de fevereiro de 1992

2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 49<sup>a</sup> Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Dirceu Carneiro

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Ca-

feteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaca — José Paulo Bisol — José Richa — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Mau-

**PASSOS PÓRTO**  
 Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
 Diretor Executivo  
**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**  
 Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
 Diretor Industrial  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
 Diretor Adjunto

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
 Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

ro Benevides – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Oziel Carneiro – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.  
 Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Encontra-se no Gabinete da Presidência S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, que logo mais será convidado a expor na tribuna da Casa e, a seguir, será interpelado pelos Srs. Senadores, já dentro da lista de inscrição encabeçada pelo Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento de que decorreu a convocação do titular daquela importante pasta ministerial.

A Presidência designa comissão integrada pelos Srs. Senadores Marco Maciel, Raimundo Lira, Coutinho Jorge e Chagas Rodrigues, para que acompanhem o Sr. Ministro até este plenário. (Pausa.)

*(Acompanhado da comissão designada, tem ingresso no plenário o Senhor Ministro, que ocupa a cadeira a ele reservada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Encontra-se na Casa, como já destacou a Presidência, o Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Doutor Marcílio Marques Moreira.

Ao chegar em plenário, neste instante, introduzido por uma comissão previamente designada, S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira terá acesso à tribuna para a sua exposição inicial.

Nos termos regimentais, o Sr. Ministro disporá de meia hora para sua exposição.

Para as interpelações a S. Ex<sup>e</sup> serão chamados os Srs. Senadores inscritos, que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Sr. Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores poderão usar de dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para a réplica.

Tem, portanto, a palavra o Sr. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Marcílio Marques Moreira.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, Exm<sup>o</sup> Srs. Senadores, é para mim prazer e honra

toda especial voltar a este Plenário para discorrer esclarecendo, dentro da minha capacidade, aos Srs. Senadores desta Casa, que é a Casa do povo e também a Casa da sabedoria, sobre a política econômica do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello. Para fazê-lo, parece-me que o melhor será procurar traçar um retrato mais abrangente possível da política, como tem sido desdobrada nos últimos nove meses, procurando sublinhar-lhe os traços que formam a sua espinha dorsal.

Como é do conhecimento de V. Ex<sup>e</sup>, a política do Governo Fernando Collor visa, em primeiro lugar, como prioridade cronológica, a busca da estabilidade como precondição de todos os outros objetivos, quais sejam a restauração do crédito público, saneamento das finanças públicas, recuperação dos níveis de poupança e investimento, a redefinição do papel do Estado, a instauração de uma economia de mercado no País, a modernização do seu parque produtivo, a inserção do Brasil na economia internacional de maneira soberana, competitiva e dinâmica e, coroando todos os esforços e dando-lhe a dimensão ética social, o resgate da dívida social, a mais pesada das nossas dívidas, aquela que temos todos nós com os despossuídos dos frutos do progresso.

Na busca da estabilidade, objetivo a curto prazo que domina sobre os outros, porque sem esse objetivo, sem a estabilização, todos os outros são corroídos e corrompidos, posto que a inflação é uma hidra que estrangula a atividade econômica, corrói o salário, mina o emprego e impossibilita o crescimento para a consecução desse objetivo, o Governo está seguindo uma política conjuntural de que poderia, talvez, realçar quatro dimensões principais: a primeira delas, que tem de ser o esteio das outras, é uma política fiscal austera, que determine que o Governo não pode gastar mais do que recebe, porque, se o fizer, estará realimentando a inflação, enfraquecendo o Estado, desacreditando-o e, com isso, realmente, tirando toda a possibilidade de uma política econômica eficaz e, ainda mais, sobrecarregando a política monetária, que passaria a ser o único instrumento de uma política conjuntural.

Por isso, temos dado toda a atenção a essa dimensão da política, assegurando, desde o início do Governo, um superávit de caixa do Tesouro Nacional, mediante a busca de melhor arrecadação e de uma política rigorosa de controle dos gastos.

Temos procurado, inclusive com a colaboração imprescindível do Congresso Nacional, aumentar a tributação e tor-

ná-la mais eficaz, mais justa, mais simples e menos onerosa para a produção.

Um primeiro passo, ainda emergencial, provisório, que agora terá que ser complementado e alargado por uma reforma fiscal a ser examinada neste ano, foi a reforma tributária de emergência, ano passado, que deverá começar a dar resultados a partir do segundo trimestre deste ano.

Como V. Ex<sup>e</sup>s sabem, a reforma como aprovada remete sobretudo o aumento das receitas para os meses a partir de abril, de modo que não temos ainda o efeito totalmente positivo dessa reforma, mas a partir de abril isso vai se somar a vários outros elementos positivos da conjuntura, quando teremos um reforço fiscal importante para aliviar um pouco a carga que até agora tem sido concentrada na política monetária.

Outro elemento importante dessa política fiscal foi a lei aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, ontem regulamentada por decreto, e que terá como dimensão importante a reforma da Resolução nº 58, do Senado, que é a rolagem das dívidas, que disciplina as relações financeiras entre União, Estados e Municípios, e, também, a própria vida financeira dos Estados e dos Municípios, sobretudo quando for complementada pelo projeto da ilustre Deputada Rita Camata, que estabelece, segundo a Constituição, limites rigorosos para despesas de pessoal, custeio, serviço da dívida e investimentos.

Junto à política fiscal ou outra dimensão da política conjuntural, há a política monetária, que visa a controlar, sobretudo, os agregados monetários, uma vez que a inflação é resultado, em grande medida, de recursos monetários demais para bens insuficientes. De modo que o principal objetivo da política monetária não é o de refrear a demanda, propriamente, mas, sim, controlar a expansão dos agregados monetários, o que estamos realizando apesar de, ao mesmo tempo, estarmos também cumprindo com a palavra do Governo — o que inclui o Executivo e o Congresso Nacional, eis que há uma lei aprovada por esta Casa —, promovendo o desbloqueio mensal dos cruzados novos. Talvez a própria população e os agentes econômicos não se dêem conta da magnitude disso.

Quando iniciado em agosto e nos primeiros meses, esse montante elevou-se a praticamente dois bilhões de dólares por mês, portanto, meio por cento do produto, por mês. Com a desvalorização do cruzeiro, podemos calcular que esteja em torno de 1.7, 1.8 bilhão de dólares, mas, de qualquer maneira, teremos, em doze meses, desbloqueado vinte bilhões de dólares, portanto, montante muito expressivo que está indo para a mão da iniciativa privada, do contribuinte, do consumidor, que pode dele dispor da maneira que lhe agradar. Se ele desejar continuar poupança, como tem sido a sua principal preferência, é um fator de estabilização.

De qualquer maneira, isso mostra que o Governo cumpre os seus compromissos mesmo com a transferência desses recursos, desse enorme montante. Inclusive estudos mostram, por exemplo, em São Paulo, que, na área de bens duráveis, tem havido uma queda muito menor da demanda do que a esperada, porque parte desses cruzeiros tem se dirigido para esse setor.

Uma terceira dimensão dessa política conjuntural foi a política de descongelamento de preços, um processo que, apesar de alguns percalços, de alguns sustos, está praticamente concluído. Hoje, mais de 95% dos preços no Brasil estão

livres, constituindo um enorme avanço em termos da introdução de uma economia de mercado. De modo que a inflação hoje constatada é uma inflação totalmente transparente, o que me parece ser muito importante ressaltar, uma vez que alguns bens de consumo popular têm sido descongelados sem que tenham havido aumentos superiores aos existentes ainda no congelamento, permitindo um funcionamento melhor e muito mais eficaz da economia.

A quarta dimensão é a política cambial, que procurou colocar a taxa de câmbio em um patamar extremamente realista, o que faz parte, inclusive, dessa própria liberdade de preços para o que chamei a atenção. Mas procuramos, sobretudo nos meses de outubro, novembro e dezembro, introduzir uma importante recuperação de preços das tarifas públicas inclusive o câmbio — tornando viável, só nesse período de começo de outubro a dezembro, um reajuste de praticamente 25% da taxa de câmbio, o que é uma proteção extremamente importante para o produtor nacional.

Nesses dias, tem-se discutido uma decisão do Governo de antecipar, por apenas três meses, a queda já prevista da tarifa aduaneira brasileira, que significa uma queda média de aproximadamente 6%. Seria uma antecipação de três meses, em outubro, e de seis meses, em junho de 1993. Apenas esse reajuste cambial representou quatro vezes isso.

Vale lembrar que o sucateamento da indústria na Argentina e no Chile, por exemplo, se deveu sobretudo a um peso supervaleurizado, que estimulava, sobremaneira, a importação e uma fuga enorme de capitais e inibia a exportação.

De modo que não estamos caindo nesse conto de sereia, que seria utilizar a taxa de câmbio para buscar a estabilização. Por isso, não acreditamos, sobretudo neste estágio, em qualquer âncora cambial. Estamos em alto-mar, a borrasca melhou um pouco, mas ainda temos muito caminho a percorrer para chegarmos ao porto, lugar onde se lança a âncora. No momento, poderíamos, no máximo, lançar um anzol para tentar pegar uns peixes que estão entrando fora de rota, mas não uma âncora certamente.

Há uma quinta dimensão ainda, de natureza diversa, porque age sobre a oferta. Nesse caso, insere-se a política agrícola, sobretudo aquela introduzida a partir de outubro, que, com a boa ajuda de São Pedro, está assegurando uma safra realmente extraordinária, se não recorde muito boa este ano, o que já está começando a ajudar no combate à inflação.

Ainda em conversas, ontem, com alguns representantes de supermercados, constatei que, naqueles estabelecimentos, em fevereiro, os preços do arroz, do feijão e da carne — não apenas pela estabilidade da taxa de inflação — estavam, em termos absolutos, iguais aos preços de janeiro. Isso mostra que a safra já está começando a chegar e, quando atingir seu volume maior, terá, evidentemente, um impacto muito grande sobre a inflação.

Especula-se, entretanto, isso não terá um efeito sobre a expansão fiscal e monetária, pois que os preços mínimos estariam abaixo dos preços de mercado. Estudos bastante cautelosos e rigorosos, tanto do Ministério da Agricultura quanto ao INPE/IPEA, mostram, primeiro: que os preços mínimos estão muito abaixo — em torno de 64% — da sua média histórica dos últimos cinco anos, e, segundo, encontram-se em uma faixa de 65% a 75% dos preços de mercado, com exceção, talvez, do feijão ou um outro produto. De modo que há uma grande margem para a queda dos preços.

O terceiro argumento é que não vamos procurar comprar esta safra para depois vendê-la, mas sim, através de instrumentos ágeis de comercialização, através do chamado Empréstimo do Governo Federal, EGF, vamos procurar fazer com que o próprio setor privado comercialize, de uma maneira suave e fluida, esta safra, o que significa, primeiro, a possibilidade da queda dos preços, mas não queda precipitada dos preços, o que prejudicaria a renda rural e criaria uma volatilidade nos preços que não interessaria nem ao consumidor, nem ao produtor rural. De modo que esse quinto aspecto da política conjuntural, saliento, é extremamente importante.

Passando dos instrumentos de política conjuntural para os instrumentos de política estrutural, gostaria de ressaltar que eles estão intimamente ligados.

O que aumenta as chances de êxito da política contra a inflação, hoje, comparando com o passado, é que ela se insere em uma reforma estrutural muito mais ampla, reforma essa que busca a melhora da produtividade, da competitividade e da qualidade, elementos estruturais que, então, podem fazer do Brasil um país mais eficaz, onde a inflação não tenha, estruturalmente, um lugar.

É uma política conjuntural mas com um senso de orientação, que é, exatamente, o caminho da economia de mercado. Por isso, não recorremos e não vamos recorrer a qualquer medida que pudesse ter um efeito imediato, por exemplo, sobre a inflação, quer seja congelamento, quer sejam prefixações, porque iriam contra o próprio espírito da busca de uma economia de mercado, diminuiriam a eficácia da economia e distorceriam, de novo, os preços, uma vez que os agentes passariam a querer se posicionar em função de um novo congelamento, da prefixação ou da âncora cambial, que sempre teria a partir de um preço inicial. Todos teriam de se posicionar, não em termos da oferta e da procura, mas sim da posição que teriam a partir da estaca zero, quer de um congelamento, quer de uma prefixação, quer de uma indexação ao dólar ou outra forma artificial de promover a estabilização.

Esses instrumentos de política estrutural são íntima e harmonicamente interligados, numa simbiose com os instrumentos de política conjuntural. Quais são esses instrumentos principais? A reforma administrativa, que vem sendo realizada, a desregulamentação, sendo que 130 mil decretos já foram revogados. E esse movimento continua. Um exemplo visual desse fato é o fenômeno da concorrência dos postos de gasolina no Rio de Janeiro, abaixando consideravelmente os preços em benefício do consumidor; a privatização e a reforma patrimonial; a venda de mais de 10 mil apartamentos, milhares de automóveis, residências, etc. A privatização já diminuiu em praticamente 2 bilhões de dólares a nossa dívida e vai ter agora realmente uma velocidade de cruzeiro, com a privatização, de, no mínimo, duas empresas importantes por mês, podendo reduzir a dívida total, num prazo de 12 a 24 meses, entre 15 e 20 bilhões de dólares. Com isso, diminuirão também as necessidades do Estado de aportar capital para fazer com que esses setores continuem competitivos como é da necessidade de uma economia moderna.

Outro instrumento muito importante, à que já me referi aqui, é o da reforma fiscal, não só tributária, mas também atinente às despesas. O Governo convocou um de seus mais competentes integrantes que é o Dr. Ary Oswaldo, ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, para, em conjunto com todos os órgãos do Governo, num diálogo constante com

o Congresso e com todos os setores da sociedade, promover essa redefinição de tributos e despesas num estágio que — espero — não seja muito longo, também entre as esferas do Governo; não para tirar recursos daqui para lá, mas para fazer com que a distribuição de receitas e despesas seja a mais racional e a mais eficaz possível, evitando duplicações, evitando desperdícios, quer no lado da receita, quer no do lado da despesa.

Essas reformas todas visam modernizar a economia, a fazer com que a economia esteja pronta para os grandes desafios da modernidade.

Essas reformas estruturais têm também uma interface com a economia internacional, isto porque um dos objetivos a que já me referi é a inserção do Brasil, de uma maneira moderna, dinâmica e competitiva na economia internacional. Isso é uma necessidade, uma exigência dos dias de hoje. Não há mais nenhuma economia no mundo que esteja isolada completamente. Nós, que temos um grau de exposição, em termos comerciais, extremamente baixos — nossas importações devem atingir, hoje, de 5 a 6% do PIB apenas, e as exportações entre 8 e 9%, portanto, com um grau de exposição de 6 e 7% — precisamos nos inserir de maneira muito mais integrada na economia mundial. Para isso, há dois processos em curso: o processo da liberalização comercial e o processo da normalização das relações financeiras internacionais. Em termos de liberalização comercial, 4 movimentos se pode fazer. O primeiro foi o desmantelamento das barreiras quantitativas não tarifárias, que entrou em vigor em 1º de julho do ano passado e será completado em outubro, com o desmantelamento total da chamada reserva de mercado da informática, que é ainda o único produto cuja entrada no Brasil tem barreiras quantitativas. O segundo ponto é a redução gradual da tarifa aduaneira brasileira, à qual já me referi. Houve, inclusive, recente decisão de, mantida da previsibilidade e mantido o gradualismo, haver uma pequena queda dessas barreiras. Em seguida temos dois movimentos: um de natureza regional, que é o Mercosul, e o outro é de natureza multilateral, que é a Rodada Uruguai. O processo do Mercosul está caminhando bem, enquanto na Rodada uruguai estamos infelizmente captando sinais bastante preocupantes de nossa delegação em Genebra, uma vez que o impasse entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia, sobretudo em relação à política agrícola comum do Mercado Comum, não foi até agora resolvida. Em vez de estar caminhando para uma solução, aparentemente caminha muito mais para o impasse. Isso, no momento é muito sério, porque, de um lado, os Estados Unidos já iniciaram uma campanha eleitoral. Têm campanhas eleitorais muito próximas na Itália e na Inglaterra. E o único país que está procurando mediar é a Alemanha. Mas, pouco a pouco, diminuem as chances de um acordo na Rodada Uruguai a curto prazo. Isso pode significar um fenômeno que seria muito perigoso para o Brasil: a formação, a sedimentação de blocos comerciais, de mega espaços comerciais em torno da Comunidade Econômica Européia; dos Estados Unidos, na área de livre comércio norte americano, e no Pacífico, em torno do Japão. Mas, estamos muito atentos a esse processo, porque seria um processo extremamente perverso para com o Brasil, país que tem um comércio dos mais diversificados, tanto em termos do destino das nossas exportações quanto de origem das nossas importações.

A segunda dimensão dessa reforma estrutural internacional é, então, a normalização das relações financeiras inter-

nacionais, que se dá em quatro estágios: o primeiro é o Fundo Monetário Internacional. E o Fundo nesse ano, está adquirindo um caráter universal com a entrada, agora em abril, de todas as ex-Repúblicas da União Soviética. É a mais antiga das organizações financeiras internacionais, criada em Bretton Wood, em 1944/45, onde a Delegação brasileira, chefiada por Sousa Costa, teve um papel bastante relevante, inclusive presidiu uma das comissões. Com o Fundo, o que ficou acertado foi um programa stand by, e significa um crédito de 2,1 bilhões de dólares, cuja primeira parcela já foi desembolsada, e haverá outras a serem desembolsadas trimestralmente até agosto do próximo ano. Esse acordo tem a importância sobretudo, não só desses 2,1 bilhões de dólares que se virão somar com as nossas reservas, como também com a luz verde, com toda a comunidade internacional, quer a pública quer a privada.

O próximo estágio, que ontem conseguimos concluir, foi a negociação, que é uma negociação preliminar, e o que se chega à conclusão dessa negociação em Paris é uma Ata de Recomendação aos governos de negociar acordos bilaterais, mas o resultado foi extremamente alvissareiro. E por que isso? Porque estávamos com uma grande herança no Clube de Paris, de vários acordos assinados, três, em 1983, 1987 e 1988, que não vinham sendo cumpridos e que, pelas características da negociação feita então, sobrecregava extremamente esse intervalo entre 1991 e 1993, eis que o acordo de 1983 previa um prazo de repagamento de 8 anos. O de 1987, um prazo menor ainda, de 6 anos apenas, com a concentração dos pagamentos nesse período crítico, 1991/93. E consegui-se, portanto, diminuir pagamentos que se somariam a quase 14 bilhões de dólares, no intervalo 1992/93, constituídos por atrasados de mais de 8 bilhões de dólares, com vencimentos de mais de 5 bilhões, conseguindo-se reduzir esse montante, esse ônus, nesses dois anos, para 4,1 bilhões de dólares e jogando os outros 11 bilhões de dólares para um período de 14 anos, um período muito maior do que dos acordos anteriores. Além do mais, esse montante de 11 bilhões compara-se com o acordo de 2,1 bilhões de dólares, em 1982; com o acordo de 3,7 bilhões, em 1987; um acordo de 5,5 bilhões, em 1988. Portanto, o montante global foi duas vezes mais do que o nosso montante anterior e, com exceção da Polônia, que reescalou todo o estoque da dívida, foi a maior negociação no seio do Clube de Paris. E isso nos dará uma tranquilidade em relação aos nossos credores oficiais, e nos dará mais, nos dará acesso aos órgãos de financiamento e de seguro de crédito desses países, quer sejam os órgãos, por exemplo, no Japão, que são, o Eximbank, a Jica, o Miti ou a FEC. Só uma delas, o Eximbank do Japão já tem em carteira no Brasil com pré-exame 1,7 bilhão de dólares de projetos, e também o Eximbank dos Estados Unidos tem já em carteira pedidos oficiais. O mesmo ocorre com a COFACE; com a ECG, na Inglaterra, ou com a Hermes, na Alemanha.

De modo que, nesse episódio, mais do que em outros até, dos bancos comerciais, está-se não só virando uma página da dívida passada, mas, sobretudo, reescrevendo uma página de crédito novo, que nos será muito importante nesta nova fase de crescimento econômico, começando a reescrever uma página de crédito importante uma vez que precisaremos, sobretudo, modernizar a nossa indústria; e esses países são os que podem nos fornecer equipamentos modernos, capazes dessa modernização indispensável.

O próximo passo que já se iniciou, mas que se intensificará a partir da próxima semana, quando me deslocarei para Nova Iorque, são as negociações com os bancos comerciais. Aí, vamos negociar um lote de 42 bilhões de dólares, estamos caminhando para posições ainda um pouco distante, mas que já se aproximaram muito. Há mesmo um dos instrumentos em que já há, praticamente, um consenso, uma convergência que é o chamado título de Desconto, onde pedimos 37,5% de desconto e eles ofereceram 32,5%, e, é claro, para onde se convergirá uma solução de compromisso.

Há ainda alguns problemas, sobretudo em termos de garantia a serem dadas, mas que me parecem que são perfeitamente superáveis. Ouço sinais de que nos próximos meses, mas certamente ainda no curso desse primeiro semestre, também essa etapa será vencida, o que fechará o curso dessa normalização das nossas relações financeiras, o que nos tornará um ator muito mais ativo na comunidade financeira internacional e diminuirá de muito o custo dessas captações que já começaram a ser feitas por empresas públicas e privadas no exterior, há juros mais baixos que os internos. Mas, se tivermos interiramente normalizado nossas relações financeiras, esses custos podem cair dramaticamente, como tem ocorrido com o México, e isso é extremamente importante, nesse momento em que a política ainda tem que ser contracionista, porque, aí, o setor privado e público pode se financiar a taxas muito mais atrativas no exterior.

Finalmente, a quarta dimensão dessa normalização das relações financeiras internacionais é a área de investimentos, em que também já houve uma reversão de tendências no ano passado com a entrada de mais 11 bilhões de dólares contra 5 bilhões do ano anterior e que certamente será reativada agora com essa normalização.

O investimento, sobretudo o investimento direto, traz consigo vantagens muito grandes em relação ao crédito, porque o investimento direto traz capacidade gerencial — além do capital — traz tecnologia, traz uma rede de comercialização e, portanto, é um elemento não só de um investimento moderno mas também pode se integrar na economia nacional, e se integrando na economia nacional, ajudar a integração desta dentro da economia mundial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um quadro singelo, mas, parece-me, fiel, da política econômica do Governo, que como já ressaltei, tem como espinha dorsal essa busca de uma economia de mercado, a busca da modernização da estrutura produtiva do Brasil, busca essa visando, de um lado, fortalecer um Estado cuja fragilidade fiscal é hoje um dos principais empecilhos do crescimento, e, de outro, busca melhorar os níveis de poupança através do combate à inflação, e com esta melhora da poupança melhorar o investimento, o crédito público, e com isto poder lastrear, então, um relançamento de um crescimento, não mais um crescimento como foi na década de 80, um crescimento de altos e baixos e nem um crescimento a todo custo das décadas anteriores, mas, sim, um crescimento ao menor custo possível, com um crescimento auto-sustentado e auto-sustentável, e, também, um crescimento harmônico em que outras considerações, inclusive a consideração ética e a consideração social estejam presentes para possibilitar que Governo e sociedade, juntos, possam enfrentar o problema mais sério, que é o problema das desigualdades sociais, dos enormes bolsões de pobreza ainda existentes e o problema, em geral, desta pesada dívida social.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concluída a exposição de S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, vai ser iniciado o procedimento das interpelações.

O primeiro orador inscrito é o nobre Senador Eduardo Suplicy.

A Presidência esclarece que o nobre Senador Eduardo Suplicy, na forma preceituada pelo Regimento, disporá de cinco minutos para interpelar S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides; Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, a Resolução nº 82/90, do Senado Federal, dispõe que o Brasil só pode saldar os compromissos da União, junto aos credores, desde que de acordo com a sua capacidade de pagamento. Esta inclui o superávit primário (as receitas menos as despesas do Governo, inclusive da administração indireta) e a senhoriação, ou seja, a emissão de moeda de forma compatível com o crescimento não inflacionário da economia.

Foram inúmeras as declarações de autoridades brasileiras, em especial, do Presidente Fernando Collor de Mello, segundo as quais o Brasil não iria efetuar qualquer pagamento aos credores internacionais além da sua capacidade. Várias vezes, especialmente enquanto candidato, disse o Presidente que jamais permitira fossem os trabalhadores, os descamisados, os mais sacrificados em função do pagamento da dívida externa ou do combate à inflação.

Temos, Sr. Ministro, que o Governo esteja a descumprir não apenas os termos da Resolução nº 82/90, do Senado, como também os compromissos que as autoridades publicamente firmaram.

Os números que V. Ex<sup>e</sup> apresentou-me em resposta ao requerimento de informações e que chegou-me, ontem, oficialmente às mãos comprovam o tratamento extraordinariamente privilegiado que o Governo tem dispensado aos credores internacionais.

Eis que em 1991, para um crescimento do PIB pouco superior a 1% (solicito a V. Ex<sup>e</sup> que informe a estimativa precisa oficial que até agora foi possível obter), o volume de pagamentos aos credores internacionais cresceu nada menos do que 95%, se comparado com o ano de 1990. A parcela paga pelo setor público cresceu 107% e os pagamentos do setor privado cresceram apenas 50%.

Enquanto o PIB cresceu em aproximadamente 500 bilhões de dólares, em 1990 — e ressalvadas as flutuações na taxa de câmbio para 505 bilhões em 1991, talvez agora devêssemos fazer um ajuste nestes 505 bilhões. Mas se fosse em termos de 500 bilhões, em 1990, teríamos 505 bilhões de dólares, em 1991 — o volume de pagamentos aos credores internacionais passou de cinco bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões de dólares para dez bilhões, novecentos e noventa e três bilhões de dólares respectivamente, conforme os dados sumários que estão na tabela.

Entrego a V. Ex<sup>e</sup>, neste instante, estes dados sumários colocados na resposta ao requerimento de informações enviado por V. Ex<sup>e</sup> a este Senador, na data de ontem.

O Brasil, praticamente, dobrou o pagamento aos credores externos — aumentou em 95%, no setor público, 107%, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu apenas 1%.

Terá a sua capacidade de pagamento aumentado?

De acordo com os dados preliminares até agora divulgados — e justamente peço a V. Ex<sup>e</sup> para nos dar as informações precisas a respeito — houve, ao contrário, uma diminuição considerável no período, ficando patente o descumprimento dos compromissos mencionados.

Em 1990, o superávit primário foi de 4,6% do PIB — dados oficiais —, equivalente a 23 bilhões de dólares, enquanto que em 1991, estava preliminarmente previsto para 1,4% e, ao que tudo indica, atingiu apenas — e solicito justamente que V. Ex<sup>e</sup> informe qual o dado preciso — 1% do PIB. Se o PIB é da ordem de 500 ou 505 bilhões de dólares, isso daria algo em torno de 5 bilhões de dólares. Se for menor o valor em dólares por causa da desvalorização, então seria ainda menos. Portanto, houve uma diminuição da capacidade interna de pagamento, no que diz respeito à evolução do superávit primário, da ordem de 18 bilhões de dólares.

Peço a V. Ex<sup>e</sup> que confirme esta evolução em dólares.

Duas podem ter sido as alternativas então utilizadas pelo Governo: a senhoriação e a captação de recursos externos.

Mas a que custo? Qual foi, Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, o montante de moeda emitido pelo Governo brasileiro e a sua proporção em relação ao PIB, em 1991?

Terá sido, conforme nos haviam informado as autoridades em maio e em junho, em torno de 1,5% do PIB? Ou terá sido, conforme expôs o Secretário de Economia, Roberto Macedo, quando aqui, juntamente com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, nos falou da situação difícil que estaria a economia, caso não aprovássemos as emendas à Constituição Federal, 2,5% do PIB o montante de moeda emitida?

Qual foi o montante exato de recursos externos que, efetivamente, ingressou no Brasil durante 1991 para o setor público e para o setor privado, respectivamente?

Quais foram as taxas de juros efetivamente acordadas ao serem contratados esses recursos?

As informações que disponho são de que o Governo, num período em que as taxas de juros no mercado internacional estiveram em queda, o que deveria ter contribuído para diminuir o fluxo de nossos pagamentos na verdade, acabou contratando empréstimos a taxas duas a três vezes maiores do que a Libor e com spreads considerados extraordinários!

Como pode o Governo, Sr. Ministro, dizer que não tem recursos para pagar aos aposentados e a outras necessidades prementes do ponto de vista social, ao mesmo tempo em que aumenta o pagamento aos credores internacionais pelo setor público em 107%, de 1990 para 1991, ou seja, 4 bilhões, trezentos e setenta e dois milhões de dólares, em 1990, para 9 bilhões cento e quarenta e nove milhões de dólares em 1991?

Informa V. Ex<sup>e</sup> ter concluído o acordo com o Clube de Paris que, conforme manda a Constituição, pelo que entendo, ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Pelas informações veiculadas na imprensa, esse acordo é extremamente duro para o Brasil e deverá agravar o quadro aqui apontado.

V. Ex<sup>e</sup> informou, em janeiro, que os recursos do Orçamento de 1992 — isto por ocasião da reunião com Líderes no Gabinete do Presidente Ibsen Pinheiro, da Câmara dos Deputados — serão parcialmente contigenciados.

De 1991 para 1992 a proporção dos encargos financeiros internos e externos passou do nível de 27 para 46% do total do Orçamento.

Pergunto, Sr. Ministro: Qual a proporção de contingenciamento que atingirá os gastos da União, especificando a sua natureza e em que proporção o contingenciamento atingirá os credores domésticos e os credores internacionais?

Ainda que estejam ingressando novos recursos, Sr. Ministro, como V. Ex<sup>e</sup> há pouco disse, na medida em que o Brasil, para empréstimos de curto prazo, de 1 a 2 anos, vem pagando de 5 a 6 pontos percentuais acima das taxas cobradas, por exemplo, por títulos norte-americanos de igual prazo, o que pergunto é sobre as consequências de internamente estarmos elevando tanto as taxas de juros. Obviamente, isso tem sido como resultado a inflação, o declínio da atividade econômica e o desemprego de milhões de trabalhadores.

Temo, Sr. Ministro, que o outro lado da medalha desse esforço de pagamento aos credores seja o empobrecimento de milhões de brasileiros que têm sido despreendidos, e a marginalidade crescente que torna as cidades brasileiras como palco de verdadeira guerra civil, onde as crianças, filhas dos que não têm oportunidade digna de rendimentos, começam a assaltar sendo brutalmente espancadas, presas e mortas, pelos que resolvem fazer justiça pelas próprias mãos.

Tenho a convicção que se John Maynard Keynes visse a evolução dos números que caracterizam hoje a realidade brasileira, seria o primeiro a recomendar aos banqueiros de Wall Street, Londres e Paris, como o fez no seu "As Consequências Econômicas da Paz", uma solução que permitisse ao Brasil ter uma melhor saúde financeira para que, mais tarde, pudéssemos melhor contribuir para o desenvolvimento mais equilibrado das nações.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência oferece a oportunidade a S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento para responder à interpelação do Senador Eduardo Suplicy, e será igualmente liberal no que tange ao prazo destinado à resposta. Informa, também, ao Ministro Marcílio Marques Moreira que se S. Ex<sup>e</sup> desejar falar da mesa, o Sr. 3º Secretário, Rachid Saldanha Derzi, se dispõe a ceder o seu lugar. V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Ministro, poderá compuir os dados que estão na pasta respectiva da melhor forma, identificando os números que permitirão um maior esclarecimento às interpelações do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Sr. Presidente, Sr<sup>e</sup>s Senadores: quanto às investigações, vou procurar esclarecer-las na medida do possível; também coloco toda a minha equipe à disposição de V. Ex<sup>e</sup>, Senador Eduardo Suplicy, para depois entrar num exame mais detalhado, uma vez que o assunto se reveste de um caráter técnico que ressalta na própria exposição de V. Ex<sup>e</sup>.

Mas apenas do ponto de vista de conceitos e de grandes números, poderia dizer, primeiro, que a capacidade de pagamento, no ano passado, foi suficiente para cobrir as nossas obrigações externas dentro da estrita observância dos termos da Resolução nº 82/90, do Senado. Assim é que tivemos uma geração interna de recurso, um superávit primário, no momento, estimado em 1,4% do PIB. E não há notícias de que esse superávit seja menor do que isso, pode até, talvez, ser um pouco superior. Essa geração mais a senhoriação gerou 16,7 bilhões de dólares. Por outro lado, houve o ingresso, superior ao esperado, de recursos externos para o setor público, que montou a 2,5 bilhões de dólares. Isto soma, portanto,

a quantia de 19,2 bilhões de dólares, que foram utilizados da seguinte maneira: para a dívida interna do setor público foram alocados 9,2 bilhões de dólares, líquida de privatização; a variação de reservas internacionais foi de menos 900 milhões; o pagamento da dívida externa ao setor público foi de 10,9 bilhões, divididos entre bancos comerciais, dívida elegível, dívida não elegível e outros, portanto, perfazendo exatamente os 19,2 bilhões de dólares, e dentro do conceito de capacidade de pagamento que inclui o superávit primário, a senhoriação e a entrada de recursos externos para o próprio setor público.

Quanto ao aumento dos pagamentos de 1998, sim os houve, e acho que foi exatamente um dos passos mais saudáveis que caracterizaram 1991, eis que 1990 foi um ano atípico, um ano da moratória que nos afastou inteiramente do fluxo dos capitais internacionais e que estava arriscando nos tornar uma ilha totalmente estanque em termos de relacionamento financeiro, o que nos iria condenar a não receber nenhum recurso externo e a sermos apenas um pagador.

Tanto é que no ano passado já houve uma entrada extra de recursos externos de mais de 5 bilhões de dólares, cerca de 6 bilhões de dólares, e isto também está levando a essas novas renegociações em que, como eu expusse, a regularização das dívidas passadas é a menor parte, mas o acesso a investimentos, o acesso a créditos futuros é que realmente vai nos possibilitar, como está possibilitando a todos os países que têm conseguido ajustar as suas economias, voltar ao crescimento. Essa regularização que está permitindo este movimento. E o movimento de capitais — como sabe muito bem V. Ex<sup>e</sup> — é um movimento de duas mãos: não entram recursos se eles não saem. O importante é olhar, realmente, o que vai e o que pode entrar, em termos líquidos, os recursos que podem vir e que virão para o Brasil para lastrear o nosso esforço de investimentos e o nosso esforço de retomada do crescimento.

Em relação à pergunta sobre o contingenciamento, posso informar a V. Ex<sup>e</sup> que o Governo, este ano, vai em vez do que fez o ano passado, introduzir o conceito de programação trimestral, em que a regra principal será, trimestralmente, adaptar as despesas às receitas que houver, isto dentro de todo o Orçamento da União. É por isso, que no Clube de Paris, nas negociações com os bancos comerciais, estamos procurando exatamente abatimentos. Como eu já disse, está muito perto de atingirmos um abatimento em torno de 35%, dos bancos comerciais, um alongamento do perfil para até trinta anos, como foi possível diminuir os pagamentos que teríamos que fazer em 1992, em 1993 ao Clube de Paris, de 13,5 bilhões de dólares para 4,1. Isto significa reprogramar, contingenciar, reduzir, reescalonar, adiar pagamentos para os credores externos. Além do mais, significará também a entrada de novos recursos, o que tem que se levar em conta em termos líquidos.

Quanto à inflação, estamos, como já disse, procurando combatê-la. Os juros altos, às vezes, são consequência da necessidade do controle dos agregados monetários, mas, evidentemente, os juros altos não são razão da inflação. Basta, como está ocorrendo, aliás, agora, nestes últimos dias, a inflação mostrar sinais de arrefecimento que, imediatamente também, os juros trazem esse mesmo sinal, uma vez que numa inflação de 25%, como estava a média dos últimos meses, é importante combater os 25%, e não 1%, 1,5%, ou 2% reais.

Realmente, a grande diferença será conseguida através de um combate à inflação alcançando um resultado eficaz.

Quanto ao empobrecimento, compartilho com as preocupações de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso, estamos insistindo exatamente na necessidade de estabilizar a economia, porque o que trouxe a estagflação da década de 80 e está trazendo também para esta, foi exatamente a inflação, que tem corroído e estrangulado o crescimento e, em decorrência disso, estrangula, também, a capacidade de melhor o Governo e a sociedade servirem a seus cidadãos.

Penso ser John Maynard Keynes que dizia que os经济istas mortos dominavam a política econômica dos vivos. Concordaria que não basta só procurar diminuir os pagamentos externos, mas, também, é necessário combater a inflação e, também, é necessária uma estabilidade.

Ele estava, naquele momento, pensando numa recessão, mas tinha perfeito conhecimento da necessidade, da força da moeda para que pudesse haver uma economia eficaz.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Volto a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de dois minutos para a réplica.

**O SR. EDUARDO SUPPLICY** — Permite-me a Presidência, apenas, antes de fazer a consideração de réplica, solicitar que sejam repetidos os dados sobre a capacidade interna de pagamento.

Qual foi, precisamente, o superávit primário? Qual foi a senhoriação em termos de montagem em dólares se possível, ou em moeda brasileira e a proporção do PIB? É um dado importante para o esclarecimento.

A capacidade interna de pagamento foi dividida pelo Ministro em dois ou três componentes. V. Ex<sup>a</sup> pode dar exatamente a parte relativa ao superávit primário, a senhoriação e ao ingresso de recursos que, se não me engano, foram 3 bilhões de dólares?

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Na parte do superávit foram 7 bilhões de dólares. A senhoriação foi de 9,7 bilhões de dólares e a entrada de recursos 2,5 bilhões de dólares.

**O SR. EDUARDO SUPPLICY** — A Senhoriação foi, portanto, estimada em aproximadamente quanto ao PIB?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — (Acionando as campainhas) — Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy, a fim de que, no tempo regimental que lhe é destinado, formule a réplica a S. Ex<sup>a</sup> ou Sr. Ministro da Economia.

**O SR. EDUARDO SUPPLICY** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não há uma definição precisa do que seja a senhoriação compatível com a necessidade de crescimento não inflacionário da economia. Mas tenho a convicção de que 2% de emissão de moedas, inclusive em um ano em que houve superávit primário, portanto destinada sobretudo à compra de divisas externas para dar prioridade ao pagamento de credores, é algo que mereceria a reflexão do Senado, uma vez que além do que poderíamos aconselhar como financiar o crescimento da economia brasileira sem provocar a inflação.

Nitidamente, Sr. Ministro, a contrapartida disso é a dificuldade que o Governo tem tido, em que pese, por dois anos, continuar a recessão, o empobrecimento, a negativa a milhares de pessoas de prover as necessidades de suas famílias, quer dizer, tudo isso é a contrapartida de ter sido dada tanta prioridade aos credores internacionais.

O fato concreto que quero ressaltar é que houve esse aumento de aproximadamente 1% do PIB e de 95% no pagamento aos credores internacionais, no que diz respeito ao Poder Público, o aumento do pagamento de 107%.

Concluindo, Sr. Presidente e Sr. Ministro:

1) Até o início da atual crise, os débitos para com o Clube de Paris representavam 5% do total da dívida brasileira. Atualmente esses débitos correspondem 18% da dívida total.

2) O valor da dívida para com o Clube de Paris é de US\$21 bilhões. A atual negociação só atingiu US\$11 bilhões, portanto US\$10 bilhões estão fora do acordo efetuado ontem, ou seja, seus prazos de vencimento continuam correndo.

3) Pelo que foi anunciado, teremos de pagar US\$4 bilhões ao Clube entre 1992 e 1993. Não devemos nos esquecer que também temos de continuar pagando aos outros credores, enquanto que pelos indicadores econômicos nossa capacidade de pagamento não aumenta e não pode suportar tais encargos.

4) Um dos argumentos utilizados para assinatura do presente acordo é o de que as agências internacionais imediatamente se abrirão para o Brasil passando a conceder-nos novos recursos. Esta abertura não será tão rápida quanto está sendo apregoado, pois caso venha a ocorrer, isto só acontecerá após as assinaturas dos acordos bilaterais, e nenhum ainda foi assinado. Além disso devemos nos lembrar que à época do Ministro Maifson este argumento também foi utilizado para que fechassémos acordo com o Clube, e as agências internacionais não concederam qualquer financiamento para o Brasil.

5) A atual equipe econômica cometeu um grave erro ao permitir o rápido crescimento no nível de nossas reservas internacionais do mês de dezembro para cá, pois além de terem se elevado através da contratação de hot money, captados a altas taxas, o anúncio de seu aumento fez com que a pressão dos credores internacionais se intensificasse visando o pagamento dos atrasados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Mesa consulta-se o Sr. Ministro, deseja treplicar o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Apenas breves esclarecimentos. Em primeiro lugar, a comparação de 1990/1991. Eu já havia dito a V. Ex<sup>a</sup> que o aumento foi real, mas era desejado e necessário.

Por outro lado, sempre que se tomam estatísticas é prudente, para não ter um olhar enviesado, tomar estatísticas com um prazo mais longo. Nesse caso, V. Ex<sup>a</sup> poderá verificar claramente que os pagamentos de 1991 foram muito inferiores aos dos anos anteriores, na média dos dez anos.

Quanto ao problema das negociações com o Clube de Paris, as renegociações dizem sempre respeito a atrasados e a pagamentos vincendos, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, em período que vai de 1º de janeiro a agosto de 1993. Houve um reajuste, um rescalonamento em catorze anos, bem superior a qualquer outro prazo, e, como já disse, ele é de um volume duas vezes maior do que o rescalonamento anterior que não levou, como sabe V. Ex<sup>a</sup> muito bem, à abertura das agências, porque, três meses depois, o Brasil não havia cumprido a sua meta com o Fundo Monetário Internacional. Dessa forma todo o sistema deixou de realmente trazer ao Brasil os benefícios de um acordo. Mas os acordos só têm benefícios se eles podem ser cumpridos. É isso o que estamos buscando agora. Por isso, levamos mais tempo negociando — bem mais do que

da última vez — para não incorrermos nós mesmos riscos de concluirmos um acordo que não fosse possível cumprir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concluída, portanto, a intervenção do nobre Senador Eduardo Suplicy passamos a palavra ao Senador imediatamente inscrito, também representante de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, para mim é uma satisfação poder dialogar com o Ministro Marcílio Marques Moreira, não só pelas relações de amizade que mantemos há tanto tempo quanto porque S. Ex<sup>e</sup> tem compreensão suficiente para entender que as objeções que fazemos, e as farei, se fundamentam no mesmo objetivo: o de chegar-se a uma solução favorável ao País.

É de longa tradição neste Senado, especialmente no que tange às questões da dívida externa, um tratamento suprapartidário. Nunca nos posicionamos, aqui, em outros termos que não fossem os de buscar as melhores soluções para o País. E é uma satisfação, dizia, poder dialogar com o Ministro justamente hoje, depois que S. Ex<sup>e</sup>, ontem, conseguiu uma negociação com o Clube de Paris. Por certo é fácil levantar as dificuldades, mas difícil é tentar solucionar algumas questões, ainda que parcialmente.

Acredito, sem prejuízo das críticas que farei, que o Ministro Marcílio Marques Moreira tem conseguido, progressivamente, ir eliminando algumas desconfianças e algumas dificuldades que tinham marcado a condução da política econômica brasileira nos últimos tempos.

Sr. Ministro, para que não percamos o fio da meada, já que estava falando da questão da dívida externa, começo por aí. Queria que V. Ex<sup>e</sup> reafirmasse ao Senado o entendimento do Governo — creio que é o entendimento do Governo, porque é o que está na Constituição — no sentido de que os acordos que venham a ser firmados — disse-o bem o Senador Eduardo Suplicy, por enquanto ainda não são acordos propriamente ditos, porque dependem de governo a governo — passarão pelo crivo do Senado Federal, conforme dispõe o art. 52 da Constituição e a Resolução nº 82/90, deste Senado. Gostaria de ouvir de V. Ex<sup>e</sup> essa declaração.

Tenho certeza que quando formos nos debruçar sobre essa negociação, como já o fizemos outras vezes, as questões centrais serão duas: uma, mencionada pelo Senador Eduardo Suplicy — a famosa questão da capacidade de pagamento. Na verdade, se houve um avanço importante da compreensão de como levar adiante a negociação da dívida do Brasil com os credores estrangeiros, esse avanço se deu no momento em que deixamos de raciocinar em termos de excedente de Balança Comercial e passou-se a raciocinar em termos de capacidade de pagamento. A diferença é essencial.

Durante muitos anos, o tempo todo se discutiu qual o superávit da balança comercial brasileira, de tal maneira que pudéssemos transferir parte dele para o pagamento de compromissos. Creio que ajudamos a mudar esse conceito, tanto o Governo quanto o Senado Federal, no sentido de que hoje se entende que não basta isso, é preciso que haja disponibilidade de cruzeiros no Tesouro, para que este possa fazer face aos compromissos.

Mais de uma vez chegamos a um estrangulamento nessa negociação, suspendemos o pagamento porque o Tesouro não podia fazer face aos compromissos, a despeito da existência de superávit na Balança Comercial, ou então para fazer face a esses compromissos o Tesouro era obrigado a emitir moeda, o que levava a um aumento da inflação.

Creio que esse conceito é fundamental, e é a sua luz que devemos discutir os compromissos que viremos a assinar, se é que vamos assiná-los. Espero que possamos chegar a um acordo razoável com os nossos credores estrangeiros, notadamente agora no caso do Clube de Paris.

A outra questão relacionada a essa diz respeito à concessão de vantagens quanto a prazo, a juros e a spread. Creio que o Ministro já nos deu os esclarecimentos sobre o esforço feito para se dilatar o prazo e diminuir a quantidade de recursos que devem ser destinados, a curto prazo, para o pagamento dos credores do Clube de Paris.

Não obstante, há o problema que foi mencionado pelo Senador Eduardo Suplicy. Temos que verificar se a capacidade de pagamento foi realmente atendida. E aí tenho uma pergunta, uma questão a levantar para o Sr. Ministro. Já votamos o Orçamento, o Orçamento de 1992 não prevê essas despesas adicionais de 4 bilhões de dólares. São 4 bilhões de dólares! Foi o resultado a que se pôde chegar, graças à intransigência de alguns dos credores, notadamente os alemães e japoneses por ironia da história, os dois países mais ricos do mundo foram os mais exigentes na cobrança da dívida brasileira.

De qualquer forma, é um adicional de 4,1 bilhões de dólares. Gostaria de saber do Sr. Ministro como, em termos orçamentários, será feita a previsão para esse pagamento? E aí, de novo, volto à questão levantada pelo Senador Eduardo Suplicy, de que esse adicional exigirá um contingenciamento extra.

O Ministro colocou hoje aqui um conceito interessante e novo, que é o da programação do contingenciamento. Parece-me muito importante, porque a técnica usada até agora de o Congresso aprovar um orçamento e depois o Governo bloqueá-lo, desorganiza a administração. Muito melhor é ter uma programação, uma previsibilidade de como vão ser feitos os desembolsos e a execução da peça orçamentária. Mas não sei, nesse contexto, de onde vão sair os 4 bilhões de dólares, já que, não estão previstos no orçamento.

Gostaria que o Ministro nos esclarecesse essa dúvida, porque é parte importante para a nossa decisão posterior, quando viermos a analisar os contratos que nos vão ser submetidos na questão da negociação do Clube de Paris.

Outro tema que gostaria de ver mais detalhadamente explicado pelo Ministro Marcílio Marques Moreira diz respeito a um assunto que nos apaixonou bastante no final do semestre passado, nesta Casa, que foi a questão da rolagem da dívida. Não vou repetir a minha posição que é conhecida, de sobjeito, dos meus companheiros e também do Ministro, e não é em função de eu ter me oposto àquela rolagem, a forma como ela foi feita, que vou fazer a pergunta. A pergunta é outra, é que ontem o Presidente da República, está publicado hoje, regulamentou a lei que foi aprovada aqui e ao fazê-lo repete no seu art. 8º um cuidado que creio que foi a inteligência política do Senador Humberto Lucena, que naquele momento, a meu ver, ajudou demasiadamente o Governo, e colocou com bastante tino na formulação da lei a necessidade de serem observadas as resoluções do Senado. Agora, o Presidente repete no art. 8º que serão observadas

as resoluções do Senado da República. Concordo que elas têm que ser observadas, tanto que, a meu ver, a lei era desnecessária. Estou até argüindo no Supremo Tribunal Federal hoje, há uma liminar nessa matéria, porque sempre me pareceu que essa lei era extravagante, do âmbito do Senado.

Mas a minha pergunta não é de competência privativa ou não, de ter sido invadido ou não por outros Poderes, é mais direta. O Ministro concorda que enquanto não houver a resolução do Senado não pode haver a contratação de refinanciamento da dívida? Se não completarmos esse processo por uma resolução específica, imagino que essa negociação entre os Estados, Municípios e a União não tenha como ter curso legal.

Sr. Ministro, Srs. Senadores, deixando de lado essas questões que são mais específicas, queria fazer uma breve referência, sei que o império do tempo nesta Casa, às vezes, é mais rigoroso do que o da Constituição, são considerações muito pequenas a respeito da exposição que o Ministro nos fez sobre a atual situação da economia brasileira.

Acho que o Ministro nos deu indicações claras — e os jornais já têm noticiado — de que estamos efetivamente no limiar da possibilidade de um outro estilo de gestão da economia. Não quero discutir se o caminho percorrido teria sido o melhor.

O meu partido teria outro percurso.

Nós insistimos muito na necessidade de uma negociação prévia, uma negociação que levasse, por exemplo, à prefixação de um salário, de preços e de juros. Gostaríamos de ter visto todo esse processo de reajuste com efeitos menos imprevisíveis, como atualmente são, sobre o lado social. Evidentemente, nossos objetivos tanto os do Ministro quanto os meus, quanto os do Senador Eduardo Suplicy, e de outros Senadores aqui presentes, que certamente diriam a mesma coisa, ninguém gostará de ver o custo social, mas o fato é que, no nosso ponto de vista deveríamos ter tomado outras medidas acauteladoras para que o custo não fosse tão alto.

Não obstante, estando em marcha já esse processo de ajuste e os seus efeitos — não recuso a palavra positivos, a inflação foi limitada a 25% durante 4 ou 5 meses, os preços começam a cair, não se sabe até quando — espero que por muito tempo — perguntaria ao Ministro se exatamente agora quando há uma safra que se anuncia como promissora, embora como todos sabem já não é mais John Maynard Keynes mas sim Karl Marx quem mais alerta para a questão no sentido de que no nosso sistema capitalista, quando se resolve um problema se cria outro. Evidentemente, uma safra abundante vai ter problemas também quanto ao seu financiamento, seu escoamento, quanto à pressão inflacionária, assim como, e creio que afi o Senador Eduardo Suplicy ao falar sobre a senhorilagem deveria talvez ter ressaltado esse fato. Na verdade, quando se aumenta a capacidade de exportação e a balança comercial é mais favorável, também isso tem um certo peso sobre o Tesouro, porque ele vai ter que comprar essas dívidas e, de alguma maneira, poderá também ter um efeito, como tem, inflacionário, e a economia capitalista, sabemos, é cheia de ziguezagues.

Pois bem, ainda assim estando uma safra anunciada como alívio, havendo já algum sinal de diminuição da pressão inflacionária, tendo o Brasil tomado certas disposições de abertura da sua economia o Ministro menciona o fato de que houve apenas uma pequena antecipação dos prazos marcados para a redução das tarifas e que essa redução não é tão

alta, embora os industriais reclamem, talvez com razão, pelo fato de que precisamos ter duas políticas uma tecnológica e outra que permita uma competitividade mais clara. A minha questão é a seguinte: Será que não estamos agora no momento de reverter certas tendências, sob pena de, se não o fizermos, acontecer como a questão do cavalo do inglês, que quando aprendeu a viver sem comer morreu! A nossa economia está quase aprendendo a viver com escassez de meios. A inflação não está controlada, mas está abalada. Será que não é o momento da política econômica começar a reverte e dar certos sinais que permitam uma retomada de investimento? Será que não é o momento de a política salarial ser repensada de forma que, outra vez, ela possa cumprir, afi sim, uma função keynesiana, uma função que permita, efetivamente, entender que o gasto é necessário em certos momentos e que mesmo que se possa conter afi um ou outro ingrediente, que não seja ortodoxo do controle da inflação, esse gasto possa permitir o combate à inflação, agora sim, pelo menos da produtividade. Não faço parte do grupo dos alucinados. Penso que em qualquer momento se possa fazer isso. Contudo, agora creio que começa a ser possível.

E, por fim se isso é possível não se poderia imaginar também uma pequena diminuição dos impostos como um sinal favorável a um outro tipo de atitude e que permitisse aumentar o investimento?

Essa a questão que coloco a V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Ministro, na certeza de que com o seu discernimento, com o seu espírito público, não se furtará do prazer de ouvir, quem sabe, um sinal mais alívio, que, ao invés de só recessão para combater a inflação começemos a ter um momento em que seja possível continuar o combate à inflação com a retomada do crescimento. Muito obrigado a V. Ex<sup>e</sup>.

*Durante a interpelação do Sr. Fernando Henrique Cardoso ao Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro para responder ao nobre Senador.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Muito obrigado, Senador Fernando Henrique Cardoso, meu bom amigo de muito tempo. Com relação às perguntas de V. Ex<sup>e</sup>, procurarei respondê-las da maneira mais direta possível.

Diria "sim" à primeira pergunta. Os acordos bilaterais terão que ser submetidos ao Senado quando existirem como V. Ex<sup>e</sup> bem o disse. Ontem, foi publicada uma ata de uma reunião em que não há nem mesmo condições de juros; isso é discutido bilateralmente. Há apenas alguns balizamentos que se recomenda aos Estados credores seguir, mas eles não são legalmente comprometidos a fazê-lo. Tão logo tenhamos as minutas dos acordos bilaterais, o Governo os submeterá, evidentemente, à alta consideração do Senado.

Quanto ao problema da capacidade de pagamento, reitero a posição do Governo de que ela será seguida. Foi exatamente por isso que houve um certo retardamento de mais de 24 horas no fechamento do acordo. Nossos negociadores em Paris viraram as 24 horas sem dormir. O índice 4.1 era exatamente o que tínhamos de pagamento para os dois anos. No memorando técnico ao Fundo Monetário Internacional, cuja cópia o nobre Senador e o Senado têm, pode ser compreendido.

sado e verificarão que foram alocados onze bilhões de dólares para esses dois anos.

Quanto à Resolução nº 58, o entendimento de V. Ex<sup>t</sup> é perfeito. Não há a menor dúvida no pensamento do Governo de que nenhuma rolagem da dívida poderá ser feita antes da Resolução nº 58. Tanto é assim que diria a vários Governadores que me procuraram que eles deveriam procurar os Senadores do seus Estados, se estavam interessados no apressamento do processo, porque essa era uma precondição necessária a qualquer tipo de acordo, como há outras que estão na lei e no próprio decreto, como por exemplo a de que só os Estados adimplentes é que podem assinar esse tipo de acordo.

Quanto à política econômica, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, aliás, há uma outra informação a dar em relação aos compromissos programados do Orçamento Geral da União. Segundo os cronogramas originais, estão sendo depositados no Banco Central para pagamento nas datas renegociadas. Portanto, esses pagamentos são feitos no Banco Central.

Por outro lado, o Tesouro não é o único devedor, não necessitando, portanto, de uma revisão do Orçamento Geral da União. O que não havia era transferência para o exterior.

Quanto à política econômica, conforme disse V. Ex<sup>t</sup>, está em um momento delicado, de um lado, porém promissor em outro. Começa a haver sinais de arrefecimento do ritmo inflacionário, bem claro, sobretudo, segundo os índices do FIP, organismo não governamental e muito confiável. Começam, também, a aparecer os primeiros sinais — V. Ex<sup>t</sup> terá lido os relatórios da FIESP hoje no jornal o *Estado de S. Paulo*, — nos supermercados isso também é muito claro — começa a haver uma certa reativação muito ténue da economia. Mas acreditamos que a partir de março a abril, quando entrar a safra agrícola, irrigando monetariamente a economia, essa tendência poderá voltar de maneira muito moderada.

Quanto à queda, à diminuição cautelosa que fizemos das tarifas com esse adiantamento de três meses, concordo com V. Ex<sup>t</sup>, e acho que aí poderíamos juntos, todos, concentrar as nossas baterias, no esforço de adequar a indústria brasileira a essas novas realidades do mundo, qual são inexoráveis, são inelutáveis, melhorando-lhe, digamos assim, a dimensão tecnológica, a produtividade, para que ela possa competir realmente, podendo não só importar mas também exportar.

Aliás, também quando falamos de problemas contracíclicos, o esforço não só de apoio à agricultura, mas também de apoio à exportação é muito importante. E ainda voltando um pouco à pergunta do nobre Senador Eduardo Suplicy, o aumento de reservas que houve nos meses de dezembro e janeiro foi, sobretudo, devido ao aumento de exportação, e aumento de exportação significa aumento de emprego; a cada um bilhão de dólares de exportação aumentada significa 50 mil empregos criados, e não desemprego. Portanto, essa é uma importante política contracíclica.

Quanto a mudar a política neste momento, não acredito que seja oportuno. Este é o momento de perseverar na linha global da política, porque ela setá começando a colher frutos, e não frustrar isso agora; mas ao mesmo tempo — e aí concordo inteiramente — procurar aprofundar essas medidas contracíclicas, seja exportação, seja agricultura, seja incentivos à política tecnológica, à modernização das indústrias. A própria reforma fiscal prevê uma aceleração dos índice de depreciação. Enfim, procurar maneiras para que esses efeitos perversos, não desejados, de um período contracionista não sejam dema-

siadamente pesados, sobretudo para aqueles menos assistidos da população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Senador Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, queria apenas um esclarecimento adicional, porque ouvi interpretações que me inquietaram a respeito da lei que aprovamos sobre a rolagem da dívida. O § 1º do art. 1º diz o seguinte:

“Para fins do disposto neste artigo, a União assumirá as dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive aquelas originalmente de responsabilidade das entidades por eles controladas, direta ou indiretamente, e contraídas junto a entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, bem como aquelas representativas de títulos da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

A dúvida é a seguinte: há uma interpretação de que dívidas contraídas por empresas que depois foram privatizadas, mas que, num dado momento, eram estatais, também estariam submetidas a essa regra da rolagem da dívida. Gostaria que V. Ex<sup>t</sup> me respondesse com um simples não. Eu ficaria contente!

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — As empresas já privatizadas?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Dívidas contraídas por empresas que depois foram privatizadas também entrariam na rolagem da dívida; empresas que eram controladas por Estados, que tinham dívidas junto a bancos dos Estados e aos Estados e que depois foram privatizadas.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Mas é a dívida de uma empresa pública ou privada?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Dívida de empresas privadas junto a empresas públicas, junto a bancos públicos e que, depois, foram privatizadas e ao serem privatizadas houve aval dos Estados.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Entendo que não.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Então entendo como entendo. Mas veja V. Ex<sup>t</sup> que é um parágrafo difícil de ser interpretado e convém que esse nosso entendimento se transforme em decisão.

Muito obrigado a V. Ex<sup>t</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge, para as suas interpelações.

**O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA)** — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro, em primeiro lugar, queria concordar com as colocações e preocupações dos Senadores Eduardo Suplicy e Fernando Henrique Cardoso, a respeito do cumprimento da resolução do Senado em relação às negociações da dívida externa.

Acho, Sr. Ministro, em termos de praticidade e objetividade, que a sua equipe deveria estar aqui no Senado, na Comissão de Economia, da qual faço parte, para discutir e apresentar números detalhados que permitissem tirar dúvidas

suscitadas pelo Senador Eduardo Suplicy, considerando que é difícil, num Plenário como este, se esclarecer essas dúvidas.

Não vou repetir algumas inquietações que tenho nesse sentido e vou tentar ser objetivo numas questões relativas também à dívida externa e à recessão.

Sr. Ministro, dentre os principais pontos da Carta de Intenções do FMI que o Governo encaminhou destacam-se o crescimento zero em 1992; o crescimento de 3% em 1993; o crescimento de 4% em 1994; as políticas monetária e fiscal restritivas; a inflação de 2% em dezembro e 20% anual em 1993. Por outro ângulo, os indicadores da economia revelam que o nível de emprego cai e só em janeiro e parte de fevereiro, um mês e meio deste ano, a indústria paulista demitiu 43 mil trabalhadores e, em doze meses, as demissões correspondem a aproximadamente 122 mil, numa previsão que era de 70 mil.

A inflação, no nosso modo de ver, não apresenta recuos significativos ainda; ela é ainda persistente, está numa faixa perigosa entre 20% e 25%. O número de pedidos de falência em São Paulo já atingiu o recorde da história no mês de fevereiro; a previsão é que atinja a quase mil pedidos. Os indicadores sociais já levantados anteriormente aqui mostram que há um caos social instalado no Brasil, sobretudo nas áreas de saúde, educação e segurança.

Concretamente, Sr. Ministro, em face dessas considerações preliminares pergunto se o controle da inflação, até dezembro, com certeza, vai aprofundar a recessão. Não tenho dúvidas, se continuar como está; as estimativas de alguns economistas são que a faixa de desemprego chegará a 14% nos próximos dois anos.

Como V. Ex<sup>e</sup> vê essa questão concreta? Continuará V. Ex<sup>e</sup> tentando debelar a inflação via contenção de demanda? E como ficará o investimento? O consumo está baixo, os juros continuam altos e a carga tributária elevada. Pergunto concretamente: essa estratégia é viável até dezembro? E os índices crescentes de miséria urbana e rural, Ministro? O Governo, com isso, pretende aumentá-los também? No meu entender, não há saída para cumprir uma meta junto ao FMI de 2% de inflação em dezembro, se esta estratégia for mantida.

Sr. Ministro, a liberação das parcelas do empréstimo stand by, aprovado pelo FMI, a que me referi, 2,1 bilhões de dólares, está condicionada ao êxito do programa econômico do Governo e exige o depósito de 25% de cada parcela por parte do Governo brasileiro. Caso o Governo brasileiro não cumpra as metas do FMI a que me referi no início, será suspensa a liberação dos recursos já previstos.

Sr. Ministro, qual a segurança que teremos de que até o final do ano esses repasses serão efetuados? Teremos caixa para cumprir a nossa contrapartida?

Sr. Ministro, tomamos conhecimento através da denúncia formulada pela agência Estado, de que o Governo brasileiro não vem efetuando os pagamentos da dívida externa aos bancos privados desde o ano passado. O Presidente do Banco Central negou essa informação. Porém, a agência Estado afirma que possui relatório sigiloso, elaborado por um banco europeu, onde fica clara a moratória branca, em que há bancos que recebem integralmente e outros que não.

Sr. Ministro, que há de verdade nessa história? Caso seja verdadeira essa informação, por que o Brasil não vem honrando seus compromissos homologados pelo Senado Federal?

Sr. Ministro, ainda nesse enfoque relativo ao acordo do Clube de Paris, a que V. Ex<sup>e</sup> se referiu, pela proposta inicial

do Brasil não havia previsão de pagamentos nos anos de 1992 e 1993. Daí, o cálculo da capacidade de pagamento interno, portanto, ter suscitado dúvida para o Senado Federal. No entanto, o acordo foi fechado com um compromisso diferente: o Brasil pagará até dezembro de 1993 4,1 bilhões. O que significará esse desembolso para o País, Sr. Ministro, uma vez que não estava previsto na proposta brasileira? Não vai contribuir para o processo recessivo? Tenho dúvidas mais uma vez, consoante aquilo que o Senador Eduardo Suplicy colocou, não sei como isso vai cumprir o art. 2º e 3º da Resolução do Senado Federal.

Sr. Ministro, V. Ex<sup>e</sup> se referiu no seu pronunciamento à negociação de um acordo de 42 bilhões com os bancos privados. E mais o compromisso. Será que depois de tudo isso, em tese, temos capacidade de honrar resolução do Senado? Minhas dúvidas, realmente, são maiores, Sr. Ministro.

Outra questão: a proposta atual do Governo Federal em relação ao incentivo às exportações e importações, na verdade, considero-a inovadora. Ela não se vincula somente à desvalorização monetária tradicional, pois ela tem mecanismos diferenciados, concordamos. Sr. Ministro, que resultados quantitativos V. Ex<sup>e</sup> espera obter dessa política e em que prazos?

A intenção do Governo de liberar as importações, através da redução das alíquotas de imposto, é apenas uma ameaça ou faz parte de um conjunto de políticas voltadas à abertura da economia? Nesse caso, foram mencionados os efeitos negativos que poderá causar? Caso isso ocorra, não irá neutralizar os possíveis efeitos positivos ao estímulo do setor exportador, principalmente sobre emprego? E quanto à postura de um Governador como o de São Paulo, que é contra exatamente isso, pelo menos com antecipação dessa política de abertura da economia?

Também é conhecida, por todo o Brasil, a posição de V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Ministro, no que se refere à questão do retorno de dólares dos brasileiros que estão no exterior. A manutenção da política de juros internos elevados pode ser um mecanismo eficaz no sentido de trazer esses recursos de volta ao País — é o que está acontecendo — mas também tem provocado altos efeitos negativos na economia, afetando principalmente, diria, à pequena e média empresas.

Gostaria de saber a opinião de V. Ex<sup>e</sup> sobre a possibilidade de utilizar mecanismos de atração para esse retorno de dólares dos brasileiros, tais como os incentivos à aplicação dos recursos em projetos voltados para a área ambiental, de recuperação de áreas degradadas, de pesquisa ambiental, em suma, mudar a idéia de política punitiva para uma política atrativa.

Por último, gostaria de saber sua opinião a respeito de um projeto que tramita na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado César Maia, que trata da regulamentação do art. 192 da Constituição Federal sobre o sistema financeiro nacional. Apresentei um projeto similar no Senado para que o processo fosse mais rápido no Congresso Nacional. Com esse projeto o País passaria a contar com uma autoridade monetária de fato, subordinada ao Presidente da República, mas com mandato e instrumentos para gerir a política monetária e exercer seu papel fiscalizador. O sistema financeiro perderia as suas características autárquicas atuais, ficando mais livre e aberto, seria muito menos regulamentado, tornando-se mais flexível e adaptável às mudanças do mercado.

Sr. Ministro, de que maneira V. Ex<sup>e</sup> está vendo esse processo, independente, evidentemente, das correções que se farão necessárias a esse projeto quer na Câmara, quer

no Senado? Qual a tendência do Ministério de Economia para concordar com essa filosofia proposta pelo Congresso Nacional?

São essas as questões mais relevantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro, para as respostas.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Vou procurar responder, na medida do possível, as doze perguntas de V. Ex<sup>a</sup>.

Em relação à primeira, sim, a minha equipe está à disposição da Comissão de Economia. De fato, antes de vir para cá, combinei com o ilustre Presidente da Comissão de Economia do Senado uma visita no próximo dia 10, primeiro dia útil depois do Carnaval, do Dr. Francisco Gros e sua equipe, às dez horas, à Comissão de Economia para dar todos os esclarecimentos solicitados justamente por V. Ex<sup>a</sup>.

Quanto à Carta de Intenções, Srs. Senadores, os números ali apresentados são evidentemente hipóteses de trabalho da elaboração necessária de uma projeção.

Quanto ao crescimento em 1992, conservadoramente temos zero por cento. Tivemos, aparentemente, um crescimento da economia de 1,3% em 1991, mas acreditamos que, se a produção agrícola realmente se confirmar como aparentemente está ocorrendo no nível em que está e se as exportações puderem ser retomadas, deveremos ter um crescimento moderadamente positivo em 1992, um crescimento de 3% em 1993 e depois já de 5, e não 4%, em 1994.

Quanto à inflação, esse também é um exercício matemático. Podemos não chegar necessariamente a 2% no fim do ano, mas, sim, a uma inflação significativamente menor, com todas as probabilidades de ser apenas de um dígito ao mês. Acredito que os parâmetros atuais já mostram que essa tendência vai realmente se aprofundar, uma vez que a safra agrícola começa, que não há mais os efeitos do fim do ano passado de reajustes significativos dos preços públicos, inclusive do dólar. Os reajustes não serão mais necessários, porque os preços já estão muito mais ajustados. De modo que não há mais essas pressões que ocorreram nos últimos meses.

Quanto à política, ela não visa a controlar a inflação via contenção de demanda ou do aprofundamento da recessão; visa a uma administração cautelosa da expansão dos agregados monetários. Não acredito que a taxa de desemprego suba aos píncaros, em níveis que V. Ex<sup>a</sup> projetou, de acordo com alguns analistas consultados por V. Ex<sup>a</sup>. Ao contrário, acredito que a partir de março ou abril haja, como eu já disse, uma razoável — essas são também as previsões do Ipea — recuperação do desemprego e da atividade econômica, confirmando as tendências já hoje reveladas pela Fiesp de que desde dezembro, por exemplo, no consumo dos supermercados, vêm se recuperando, embora modestamente.

Quanto à quarta pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, não há nenhuma contrapartida de recursos ao Fundo Monetário Internacional. A informação de V. Ex<sup>a</sup> não se confirma. O FMI, a nosso pedido, reservou 25% da parcela que ele mesmo desembolsará para a utilização eventual, como garantia, no acordo dos bancos.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Trata-se de deduzir?

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Sim, será deduzido. Esses recursos ficarão em uma conta especial, à nossa disposição, para serem usados em negociação com os bancos credores.

Quanto à quinta pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, a informação da Agência Estado não procede. Vimos pagando rigorosamente os 30% — não mais, nem menos — devido aos bancos.

Sobre o acordo do Clube de Paris, não procede a informação de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que não havia previsão, na nossa proposta, de nenhum pagamento em 1992 e 1993. Ao contrário, havia previsão de pagamento de 3,3 bilhões, mas estamos pagando 4,1 bilhões. Nunca, em uma proposta, um negociador apresenta toda a sua possibilidade. Já demos uma certa margem, porque sabíamos da nossa possibilidade de chegar a 4,1 dentro da nossa capacidade de pagamento, conforme consta, inclusive, do nosso memorando técnico, como já disse a V. Ex<sup>a</sup>, memorando esse de conhecimento público.

Quanto ao acordo de 42 bilhões de dólares com os bancos privados, em que solicitamos um abatimento de 35% e uma extensão de prazo de até 30 anos, com grandes períodos de carência, algo entre 5 e 10 anos, insere-se na nossa capacidade de pagamento.

Os bancos privados podem dar condições melhores do que os bancos credores exatamente porque deles não esperamos recursos no futuro, pois a função de financiadores do balanço de pagamentos é espúria e não voltará a acontecer. O financiamento do comércio, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, não é um tipo de crédito sob negociação; por isso, nunca deixamos de honrar esse tipo de compromisso.

No que se refere aos resultados dos incentivos às exportações, as nossas estimativas, que são conservadoras, prevêem, durante o ano, um aumento de 10% em exportações, significando um crescimento de mais de 3 bilhões de dólares na exportação e, portanto, a criação de, no mínimo, mais de 150 mil empregos. Entré tanto a Associação dos Exportadores Brasileiros, na pessoa do Dr. Pratini de Moraes, aposta em um aumento de 20%, elevando a 6 bilhões de dólares e a criação de 300 mil empregos, o que, nesta conjuntura, evidentemente, é muito importante.

Quanto ao problema das alíquotas, diria que essa redução não compensaria com a criação de empregos via exportação, porque, da mesma maneira que os fluxos financeiros, o comércio também é uma via de mão dupla. Procurar exportar sem importar me parece não ser consistente, inclusive porque precisamos diminuir toda a nossa estrutura de preço e a eficácia da nossa economia para podermos exportar de uma maneira competitiva.

Se os insumos, as máquinas que importamos pagam grandes alíquotas aduaneiras, então os nossos custos serão mais altos e não conseguiremos exportar de uma maneira competitiva, o que significaria perda de empregos e de crescimento econômico.

Sobre a sua décima pergunta, relacionada ao retorno dos dólares dos brasileiros, entendo que o fato do dólar paralelo estar abaixo do dólar comercial significa que isso está ocorrendo, de maneira positiva, como consequência não diretamente procurada, mas como efeito benéfico colateral de uma política de juros altos, que, a partir de abril, com a entrada mais forte da política fiscal e também como o início da queda da inflação, acredito possa ser abrandada a níveis suportáveis.

Quanto ao mecanismo para tornar atrativa a volta de depósitos de brasileiros no exterior, temos duas considerações. Em primeiro lugar, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, houve duas ou três leis anteriores a esse respeito, em diferentes períodos, sem nenhum efeito. Mas certamente não nos escusaremos a estudar mecanismos, porque isso foi feito em outros países, com resultados positivos. Parece-me que, se houver o suficiente cuidado

e, talvez, como disse V. Ex<sup>a</sup>, uma direção desses recursos, isso pode ser bastante benéfico para o País.

Em relação à regulamentação do art. 192 da Constituição, eu gostaria de dizer que acompanhamos, com muito interesse, propostas existentes na Câmara dos Deputados. Temos conversado com ilustres Deputados, como, por exemplo, César Maia e José Serra.

Agrada-nos muito a idéia de um banco central mais autônomo, pois faz parte de uma economia moderna. Estamos exatamente procurando uma maneira de torná-la uma realidade factível. Pela atual estrutura, várias funções teriam que ser transferidas a outros órgãos para que o Banco Central, mais "enxuto", exercendo funções mais clássicas, realmente pudesse ter autonomia, o que me parece ser inerente e consistente a sua atuação em uma economia moderna.

Muito obrigado, Sr. Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Coutinho Jorge.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Sr. Ministro, V. Ex<sup>a</sup> é bastante otimista, não tenho dúvida. Mas creio difícil o cumprimento das intenções, mesmo que válidas, encaminhadas ao FMI.

Não acredito em taxa de inflação de 12% em dezembro. Para que isso ocorra, Sr. Ministro, será preciso piorar a miséria urbana e rural do Brasil. Não há outra saída: a recessão tem que aumentar, pela estratégia atual, bem entendido. Faço votos que dê certo esse seu otimismo.

Existem ainda dúvidas a respeito da capacidade de pagamento interna, de acordo com a resolução do Senado, para cumprir todos esses acordos internacionais. Concordo com o Senador Eduardo Suplicy quando diz ser impossível ampliar essa capacidade de pagamento de uma hora para outra. Trata-se de uma questão a ser discutida oportunamente.

Quanto ao problema da entrada de dólares e melhores condições de negociação da dívida externa, entendo que o Brasil deve considerar a existência do conflito do desenvolvimento com o meio ambiente, que, hoje, é fundamental, Sr. Ministro. Inclusive, o próprio GATT afirma que os países industrializados deveriam pagar o ar que respiram. Isso é importante. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> tomou conhecimento que o jornal inglês *Financial Times*, publicou uma proposta do GATT que visa compensar os países que têm florestas tropicais, como pagamento pelo ar puro ou menos impuro que geram. Os causadores do efeito estufa e da destruição da camada de ozônio são, justamente, desenvolvidos, como os Estados Unidos e países da Europa.

O Relatório GATT aborda muito claramente um aspecto importante; mostra que o não pagamento significa que um país como o Brasil teria pouco ou nenhum incentivo para levar em conta tais serviços como a absorção do carbono. Penso, Sr. Ministro, que uma negociação internacional tem que levar em consideração esse aspecto.

Por último, é importante dizer que o GATT condena, por exemplo, a imposição de barreiras comerciais, aos países cujas políticas ambientais não sejam consideradas adequadas. O GATT chega a considerar — isso é importante — o chamado imperialismo ambiental, que entendo deva ser considerado numa negociação da dívida externa.

O relatório, inclusive, faz dura carga sobre às práticas agrícolas dos países ricos, em especial dos Estados Unidos e dos países da Comunidade Econômica Européia. E diz que a política agrícola da Comunidade Econômica Européia, forte-

mente protecionista, está impondo sérios danos ambientais ao planeta.

Sr. Ministro, a pior poluição, na verdade, é a pobreza. E o Brasil tem condições de negociar sua dívida externa com os grandes países, sobretudo os do chamado G-7. Não uma negociação como está sendo feita, por exemplo, naquele documento chamado Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Uma proposta brasileira correta, de 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

Quanto foi liberado pelo G-7, Sr. Presidente?

São dúvidas que temos, e creio que a negociação da dívida externa deve ser também encaminhada nessa direção. Penso que deveria ser um novo viés que o Governo brasileiro deveria usar, com autoridade, sobre os países grandes, ricos, o chamado G-7, que não têm autoridade moral alguma de impor restrições tarifárias, comerciais e punitivas aos países subdesenvolvidos, particularmente ao Brasil.

O próprio GATT, que é uma instituição que trata de tarifas de preços internacionais, tem hoje uma visão realmente diferente, uma visão que nesse ângulo atende os interesses dos países subdesenvolvidos como o Brasil.

Para concluir, gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> poderia nos complementar com relação a esse ângulo da dívida externa brasileira junto com a problemática do meio ambiente, assim como a posição do GATT, que é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro para as respostas.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Com relação a esses pontos que V. Ex<sup>a</sup> levantou, que são três, se não me engano, primeiro, eu gostaria de esclarecer que na Carta de Intenções com o Fundo Monetário, os níveis de inflação não são metas mensuráveis. O cumprimento de nossos próprios objetivos não se superfazem através de metas de inflação. São apenas resultados, mas não são metas. São metas, por exemplo: o superávit primário, o financiamento do setor público ou metas monetárias.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Poderão ser descumpridos, portanto?

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— É! Não são compromissos.

Quanto ao segundo ponto: capacidade de pagamento, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, é um assunto complexo, poderá ser discutido muito melhor no seio da comissão, que é fóro apropriado.

Quanto ao ponto do meio ambiente, concordo inteiramente com as colocações de V. Ex<sup>a</sup>. E terei muito prazer, se V. Ex<sup>a</sup> ainda não tem, de fazer chegar amanhã esse relatório do GATT, que realmente é muito interessante. E o estou, inclusive, estudando por duas razões: a primeira porque o Brasil tem um papel, digamos, protagônico na Conferência de 92 e, a segunda, porque fui convidado pelo ex-1º Ministro do Japão Takeshita para uma reunião em Tóquio, meados de abril, exatamente sobre esse tema específico. E essas colocações do GATT são muito pertinentes.

**O SR. COUTINHO JORGE** — É o 8º SAIT do Japão?

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Sim! De modo que é um assunto importante.

Houve, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, no passado algumas propostas até ambiciosas de troca de investimentos pela natureza, inclusive, com reservas de territórios.

Mas esse tipo de abordagem não nos pareceu ao Governo a mais interessante porque envolvia — como sabe V. Ex<sup>a</sup> —, até aspectos de soberania. Certamente, o meio ambiente é um assunto muito importante, a responsabilidade dos países ricos é enorme.

O Ministro José Goldemberg apresentou numa conferência na qual estive presente, nos Estados Unidos, a idéia de um imposto. Ele não pode ser feito sobre o oxigênio consumido, mas, sim, sobre os gases emitidos, o que seria muito justo e algo que temos de perseguir. Há grande dificuldade sempre nessas negociações, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, de fazer esses países pagarem o que é devido. Mas enviarei a V. Ex<sup>a</sup> uma cópia desse relatório do GATT e gostaria de continuar essa troca de idéias que me parece muito útil.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Muito obrigado, Sr. Ministro. Quero levantar rapidamente uma questão.

Sugeriria ao Ministério de V. Ex<sup>a</sup>, que é o de Planejamento, que acompanhasse melhor a problemática do meio ambiente no Brasil, considerando que hoje somente a SEMA dita ordens. E, embora o momento não seja oportuno, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estou acompanhando o que irá ocorrer no Japão, no 8º SAIT. A proposta brasileira de política florestal que lá irá ser encaminhada exclusivamente pelo Ibama contém interesses importantes para o Brasil e lamentavelmente, passa a ser uma decisão unilateral do Sr. Lutzemberg, com quem já tive graves e sérias discussões. Sugiro, um melhor acompanhamento por parte do Governo Federal; que V. Ex<sup>a</sup> e o seu Ministério que é de planejamento, acompanhassem temas relevantes como esse. É somente isso. Oportunamente, conversaremos sobre o assunto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Espíridião Amin, para as interpe- lações ao Senhor Ministro.

Solicito aos Senadores que se atenham ao tempo regimental, visto que já ultrapassamos a metade do tempo da sessão e ainda não alcançamos a metade da lista dos oradores inscritos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores, primeiramente desejo dizer ao Sr. Presidente que S. Ex<sup>a</sup> fez a solicitação na hora certa, ou seja, fez a ponderação para que nós nos atenhamos ao tempo no momento oportuno, porque eu pretendo me ater, ao contrário dos meus antecessores.

Gostaria de fazer um registro inicial ao me dirigir ao Senhor Ministro. Tenho acompanhado com muita atenção a atuação do Ministro Marcílio Marques Moreira e da sua equipe e desejo aqui registrar que tive o privilégio de assistir a um momento — na minha opinião, decisivo — da gestão de V. Ex<sup>a</sup>: dia 28 de outubro do ano passado, a terça-feira da guerra dos bandidos, quando houve uma disparada no preço do dólar — espero não estar equivocado com relação à data — e o Governo não interferiu no mercado. Creio ter assistido, portanto, a um momento decisivo da concretização da política cambial, cujos efeitos benéficos não foram contestados, hoje, por ninguém, apesar das muitas contestações aqui feitas. Por ter assistido, com privilégio singular, a esse lance, sinto-me no dever de enaltecer o desempenho do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, naquele dia e nesse particular, continuadamente.

Quanto às questões de número, de cumprimento da Resolução nº 82/90, não tenho nenhuma indagação a fazer aqui,

porque entendo que a Comissão de Assuntos Económicos terá, não apenas no dia 10 de março, mas sempre que necessário, com o socorro obrigatório e institucionalmente estabelecido para o Banco Central, meios e formas de apurar se algum acordo, firmado com algum organismo financeiro público ou privado estiver ultrapassando os limites da legislação em vigor, no caso, a Constituição Federal e a Resolução nº 82/90.

A minha indagação, Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, é de natureza política. Entendo que o Brasil não está lançando mão dos instrumentos institucionalmente disponíveis para negociar uma dívida que é contábil e financeira, mas também política.

Nós nos habituamos, ao longo do tempo, a assistir, um pouco embasbacados, presidentes dos Estados Unidos não dizerem “não” mas serem porta-vozes do “não” político do Senado americano, por exemplo.

Vou, portanto, particularizar a minha pergunta.

No momento em que, como se anuncia, a Alemanha, que já foi a uma guerra, a 2ª Guerra Mundial, fundamentalmente por causa do peso das reparações que lhe foram impostas pelo Tratado de Versalhes, e depois da 2ª Guerra foi assistida pela solidariedade internacional, inclusive solidariedade brasileira, para a sua reconstrução; o Japão, idem, se esses dois países são os que endurecem, creio que os nossos negociadores não precisam dizer “não” mas podem e devem dizer à mesa de negociações que no Brasil a Constituição estabelece que os acordos têm que ser examinados pelo Senado Federal, além da análise crítica da sociedade brasileira. E se a imposição parte desses dois países, cabe ao Senado — e deve haver vasos comunicantes aqui, como existem nos Estados Unidos, deve haver — para que haja um enunciado político por parte do Senado, que tem essa atribuição constitucional, para dizer, se for necessário, até, que censura uma exigência pesada de um país credor.

A minha indagação, Sr. ministro é nesse sentido. V. Ex<sup>a</sup>, que tem experiência diplomática e financeira, está convencido de que nós estamos utilizando os instrumentos com os quais não estamos acostumados a lidar. Estamos acostumados — justiça seja feita a V. Ex<sup>a</sup> — com as cartas de intenções que eram assinadas por alguém que nos tutelava e que não eram cumpridas, e isso se transformava numa reputação nacional.

Entretanto, com a vigência da Constituição de 1988, a regra é outra. Daí minha indagação. Estamos utilizando, já que devemos atirar para o mesmo lado e no mesmo sentido, os nossos instrumentos na negociação da vívida externa plenamente ou devemos todos nós aprender um pouco mais?

Esta é minha indagação. Faço-a com o maior respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, para responder.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Agradeço ao ilustre Senador por Santa Catarina, Espírito Santo, os conceitos extremamente generosos que expressou em relação a minha pessoa e procurarei responder a sua indagação, que é de cunho mais político e, até diria, filosófico. Como resposta, diria sim e não.

Sim, temos procurado utilizar todos os meios de negociação possível. Nesse caso da negociação do Clube de Paris, por exemplo, foi-me possível — inclusive com o apoio do meu colega, Ministro das Relações Exteriores — mobilizar não só toda a nossa rede diplomática, repetidas vezes, como,

também, os embaixadores aqui sediados, para procurar sensibilizá-los não só em relação aos números e à boa conduta financeira do Governo mas, também, pelas próprias razões políticas.

Também utilizamos, Sr. Senador, os argumentos expressos por V. Ex<sup>e</sup> ao dizer: "Olhem, não podemos fazer isso, porque isso teria que ser aprovado pelo Senado, e o Senado nos impõe limites, que achamos legítimos e que, além de serem legais, evidentemente..." Portanto, isso nos tem sido uma arma.

Entretanto eu diria "não", no sentido de que, acho que poderíamos utilizar melhor. Lembro-me, quando ainda Embaixador em Washington, da visita de uma ilustre comitiva daqui do Senado, na qual estava os Senhores Raimundo Lira e Fernando Henrique Cardoso, o falecido Senador Virgílio Távora, e acho que foi algo muito importante. Ajudou, mas foi uma vez só, uma visita só, acho que não se repetiu, pelo menos daquela natureza. Mas eu me lembro de que foi muito útil e eu era, então, Embaixador em Washington. Para o trabalho, eles tiveram uma longa conversa — acho que de uma hora e meia — com o Sr. Michael Camdessus, uma longa conversa com o Sr. Paul Volker, e acho que sensibilizou. E mesmo os ilustres Senadores Ronan Tito e Marco Maciel e Deputados de vários partidos estiveram aqui com o Diretor-Geral do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, depois com o Vice-Presidente do Banco Mundial, Sharid Hussein. Acho que o que eles disseram, mostrando, inclusive, as limitações e as realidades políticas aos brasileiros, ajudou muito a, digamos, formar a cabeça do Diretor-Gerente do FMI.

De modo que acho que essa sugestão de V. Ex<sup>e</sup> é muito bem-vinda, porque isso pode nos ajudar como uma alavancada, como um instrumento negociador.

Quanto às colocações de V. Ex<sup>e</sup>, só gostaria de fazer uma observação, porque poderíamos estar cometendo uma injustiça em relação às posições atribuídas a negociadores japoneses e alemães. A forma de condução das negociações em Paris, com exceção da sessão inaugural no primeiro dia e, depois, na sessão da assinatura, os nossos negociadores não têm contato direto com o outro lado, apenas com o Presidente do Clube de Paris, o Sr. Jean-Claude Trichet.

De modo que não sabemos se, das informações que recebemos de outros países, não teriam sido esses países, mas alguns outros países, três em particular, que teriam criado as maiores dificuldades. Mais do que isso, me parece que foram os burocratas, porque o que ocorreu é que falávamos num número e, em resposta, diziam que sim mas afi queriam, digamos assim, traduzir aquilo em conceitos.

O Clube de Paris, embora não tenha uma burocracia, tem muitos burocratas de países e eles sempre querem categorizar os tipos de dívidas: dívidas antes da data do corte, depois da data do corte, já reescalonadas, não-reescalonadas, em atraso, na janela, fora da janela, e cada um tem o seu período. Então, acho que esse problema técnico-burocrático talvez tenha sido a maior dificuldade. Mas, afi, conseguimos, politicamente, contornar isso através de uma mobilização e nessa mobilização acho que o papel do Senado, que tem essa competência constitucional, pode ser muito importante também.

Esse tipo de visita, essa presença, esse contato, quando esses emissários vêm aqui, como o Sr. David Mulfort, um dos principais atores, que deve vir aqui ao Brasil, por exemplo, no próximo dia 13, acho que num contato com o Senado seria extremamente interessante.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** — Sr. Presidente, não para contrariar, mas para acrescentar, quero frisar o seguinte: tenho lembrança, quase que perfeita, de que as dificuldades que teríamos no Clube de Paris já nos foram antecipadas quando, na condição de credores, não fomos tratados condignamente por ocasião da discussão e solução singular que foi dada para os débitos da Polônia. Estávamos, naquela situação, na condição de quarto credor, se não me falho a memória...

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Um dos maiores. Talvez o segundo maior.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** — Éramos, portanto, credor específico. E a proposta brasileira, muito engenhosamente apresentada, foi maltratada a nível de Clube de Paris, porque os nossos credores perceberam que estávamos querendo fixar uma jurisprudência que, evidentemente, funcionaria em nosso proveito. Uma solução engenhosa, mas que foi afrontada, inclusive, por esse personagem que V. Ex<sup>e</sup> acaba de referir-se, anunciando a sua próxima vinda ao Brasil.

Finalmente, gostaria de pedir a permissão para lembrar que o primeiro enunciado político feito pelo Senado Federal formalmente, na minha opinião, encontra-se escrito — não vou lê-lo, mas vou pedir para transcrevê-lo como se lido fosse — no art. 8º da Resolução nº 20, de 1991, do Senado Federal, que aprovou o acordo dos juros atrasados da dívida externa, ou seja, da dívida com os bancos privados.

No art. 8º daquela resolução — e, bom ou mau, fui o Relator deste artigo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, aprovado no plenário do Senado Federal — está ensaiado o primeiro enunciado formal do Senado Federal e que, na sua parte final, na minha opinião, não se traduz em conformismo com suas condições, as quais, em seu conjunto, são inaceitáveis para as negociações seguintes.

Creio que o uso, não pelo Governo, mas pelo Brasil, de todos os instrumentos institucionais de que dispõe deve ser, sinceramente, otimizado por todos nós. E creio, sinceramente, que todos nós precisamos aprender, porque é uma perspectiva nova que temos.

"Art. 8º O Senado Federal assinala que o esforço para regularização dos juros atrasados, que o povo e o Governo brasileiro enunciaram nos termos do sumário a que se vincula esta resolução, constitui consciente e consequente gesto no sentido da normalidade de suas relações financeiras externas (internacionais) que não se traduz em conformismo com suas condições, as quais, em seu conjunto são inaceitáveis para as negociações seguintes."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, Srs. Senadores:

Efetivamente, com relação ao assunto discorrido aqui pelo nobre Senador Esperidião Amin, a respeito das prerrogativas constitucionais de que dispõe o Senado Federal para análise dos acordos da dívida externa brasileira, estas, de fato, sob o ponto de vista político e para que as negociações sejam otimizadas no sentido econômico, precisam ser usadas em toda a sua extensão.

V. Ex<sup>e</sup> muito bem lembrou aqui aquela missão de 1987, quando V. Ex<sup>e</sup> era Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em que participaram os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli, Virgílio Távora, de saudosa memória, e o Senador que vos fala, e nós estivemos nos principais organismos econômicos dos Estados Unidos e sentimos, naquela oportunidade, que a visão do Brasil que levávamos eles, efetivamente, não conheciam, aqueles pontos de vista que colocamos na mesa eram o lado político do País, nós fazíamos colocações eminentemente políticas que, sem dúvida, estão relacionadas com o quadro social em que vivia e continua vivendo o nosso País. Como bem falou V. Ex<sup>e</sup>, houve uma ressonância naquelas colocações porque praticamente nós emolduramos os entendimentos, de um lado os técnicos, os negociadores com seus dados, com a matemática, e do outro lado, nós fizemos as complementações com informações políticas relevantes.

De 1987 até hoje nós não fizemos esse trabalho, apesar de que em 1988 recebemos prerrogativas constitucionais que não tínhamos em 1987. Nós só poderíamos fazer isso se estimulados, se tecnicamente assessorados pelo Executivo.

Nesse momento, complementando as colocações feitas pelo Senador Esperidião Amin, colocamo-nos à disposição do Executivo, na medida em que a Comissão de Assuntos Econômicos possa, de forma a não atrapalhar as negociações dos negociadores oficiais, apenas levar a visão política de nosso País e mostrar aos negociadores — principalmente em se tratando de países ricos como Japão, Alemanha, no caso específico do Clube de Paris — as dificuldades sociais por que passa o Brasil, no momento. E ressalto que o endurecimento, por parte desses credores, não tem uma razão política plausível, não tem uma explicação a não ser, única e exclusivamente, técnica e econômica. Muitas vezes, falta aos negociadores essa visão, ou essas colocações, porque os negociadores se exaurem nas colocações e nos argumentos econômicos e por não terem a delegação dos argumentos políticos e sociais, eles não são obrigados a fazê-los ou não podem fazê-los naquele momento.

Um trabalho desse, com essa complementação em negociações futuras, entendo que seja da maior importância e verificamos, inclusive, em países como os Estados Unidos, onde em muitos processos de negociação, muitas vezes negociações de conflitos armados, delegações congressuais se antecipam a negociações nesse campo, representando, sem dúvida nenhuma — como falei anteriormente — o aspecto político do País.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Ministro, complementando as já feitas pelo nobre Senador Esperidião Amin.

Passo, agora, às perguntas a V. Ex<sup>e</sup>. A primeira é sobre o processo de ajustamento econômico por que passa o País. Entendo que a abertura do País para o mercado internacional, a abertura para as importações, para que o País possa efetivamente se modernizar, passa, necessariamente, pelo incentivo e pelo incremento acelerado das exportações, para que estas possam financiar as importações e, ao mesmo tempo, gerar superávits necessários para que o Brasil possa cumprir seus compromissos junto ao mercado financeiro internacional. A regularização do relacionamento com o mundo financeiro internacional, o incremento das exportações e a viabilização das importações necessárias à modernização do País considero três pontos de fundamental importância.

No entanto, fiquei profundamente preocupado com os termos da renegociação das dívidas dos Estados, que, a meu ver, era absolutamente necessária, mas não criou instrumentos que pudessem evitar que daqui a dois, três ou quatro anos os Estados venham novamente à União pedir uma nova renegociação, porque eles não têm instrumentos rígidos de controle como os que estão sendo no momento adotados nas contas da própria União.

Preocupa-me ainda mais quando alguns Governadores do Nordeste já estão protestando e fazendo pressões para que a queda das taxas de importação não seja incrementada, porque isso iria acarretar, possivelmente, um maior desemprego e um sucateamento da nossa indústria.

Fico preocupado com esses dois pontos, Sr. Ministro, e gostaria de um esclarecimento por parte de V. Ex<sup>e</sup>, porque entendo que esse ajustamento econômico só será possível se, de um lado se criar instrumentos para que os Estados não venham, desregradamente, a comprometer o processo de ajustamento econômico. Por outro lado, entendo que esse processo de liberação das importações não pode, de maneira alguma sofrer interrupção já dentro de uma tomografia econômica.

Eram estes os dois esclarecimentos iniciais que eu gostaria que V. Ex<sup>e</sup> fizesse. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro, para responder.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Ilustre Senador Raimundo Lira, quanto à primeira pergunta, sobre a rolagem da dívida dos Estados, concordo totalmente com a direção do pensamento de V. Ex<sup>e</sup>, de que é muito importante se criar uma disciplina para que Estados, Municípios e a própria União sigam a mesma orientação, a mesma disciplina fiscal e, portanto, não voltem a se endividar de uma maneira desmesurada ou desproporcional.

É por isso que o Governo, o Executivo, dá a maior importância à aprovação, pelo Senado, de uma resolução nova, que venha a substituir a Resolução nº 58/90, em que estejam, realmente, medidas disciplinadoras do endividamento dos Estados para que essa rolagem possa vir a ser o primeiro passo para o saneamento financeiro das três esferas da União. De modo que submeteremos ao poder legislativo algumas sugestões — tenho conversado com o Senador Marco Maciel — para que essa resolução possa ser a mais prática e pragmática possível para que não haja, a partir da rolagem, a criação de novas realidades que venham, depois, repetir a necessidade de uma rolagem no futuro.

E outra coisa que me parece muito importante é a apreciação, por este Senado, da lei, que entendo já aprovada pela Câmara, chamada Lei Rita Camata, que estabelece como teto para gastos com pessoal em Estados, Municípios e na própria União de 60%, e gastos de custeio, se não me engano, de no máximo 15%, e também proporções correspondentes para gastos de serviços da dívida e de investimentos. Acho que essa seria uma lei extremamente disciplinadora, talvez ela precisasse de um ou outro aperfeiçoamento, sobretudo na definição do que seja gasto e do que seja receita, mas a direção global, o sentido dessa lei é extremamente importante, e isso viria realmente ajudar muito nessa disciplina fiscal.

V. Ex<sup>e</sup> me desculpe. Qual era a sua segunda pergunta?

**O SR. RAIMUNDO LIRA** — Com relação à política de importações.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Ah, sim. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que é muito importante que o Brasil se abra ao mundo e que haja uma política gradual de diminuição da tarifa aduaneira brasileira, ao mesmo tempo em que houver, de um lado, o estímulo à exportação e, de outro, o estímulo à renovação, à modernização tecnológica, para que as empresas possam competir com as importações e serem competitivas nos seus próprios produtos.

E é por isso que realizamos essa prudente antecipação, por três meses apenas, da diminuição da tarifa. E por que isso? Porque nas conversações com o GATT e nas conversações com o Mercosul, vimos claramente que todos os países latino-americanos estavam estabelecendo como máximo de sua tarifa o nível de 35%. Então, tivemos que consolidar essa tarifa de 35% como o máximo, no GATT, quando, no esquema anterior, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, a tarifa máxima seria 40%. Mas em vez de fazermos um degrau muito abrupto no fim, nos parece que é muito mais fácil subir uma certa altura em degraus do que subir um muro. Foi por isso que fizemos esses degraus, dividindo esse hiato de uma maneira mais harmoniosa.

Tive contato já com dois Governadores — com um, diretamente, e com o outro através da Secretaria Nacional de Economia —, que se expressaram aparentemente contra, procurando inclusive esclarecer-lhes e mostrar-lhes quão importante é a política cambial em relação a isso, quê ela pode ser um fator até mais importante de proteção ou de desproteção, enfim, procurando também aí soluções que possam corresponder aos legítimos interesses de algumas partes que se possam considerar prejudicadas e, ao mesmo tempo, perseverando no caminho da abertura da economia brasileira, que é a única capaz de manter as chances do Brasil ser competitivo nos próximos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira para suas considerações finais.

**O SR. RAIMUNDO LIRA** — Considero-me plenamente satisfeito com as respostas que foram dadas pelo Sr. Ministro. Gostaria de aproveitar aqui a oportunidade para comunicar aos Srs. Senadores que na próxima terça-feira, dia 10 de março, teremos no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, a presença do Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central, que está chefiando a delegação de negociadores junto ao clube de Paris. Portanto, todos os esclarecimentos e detalhes dessa ata de renegociação, naturalmente, serão prestados pelo Dr. Francisco Gros.

Apenas para complementar tecerei considerações a respeito desse processo. Gostaria de dizer também que, após a aprovação dessa ata, o Brasil fará uma negociação bilateral, com todos os países membros do Clube de Paris, que são credores do Brasil, e é dessa negociação individual, separada, bilateral que acompanharemos a discussão e se estiver dentro dos critérios da nossa Resolução nº 82/90, naturalmente aprovaremos no âmbito da Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, para suas interpelações.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, as preleções

aqui já foram feitas, com muita competência pelos que me antecederam, de tal sorte que não preciso repeti-las.

Mas, como conheço a capacidade intelectual de V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de fazer perguntas bem diretas e rápidas para que possamos ter um entendimento.

Primeiramente, pretendo saber se essas negociações internacionais quanto à dívida externa terão reflexos diretos, e em que tempo, sobre a política salarial brasileira e se haverá reflexos favoráveis à política de emprego? Também gostaria de saber se essas negociações obedecem ao art. 2º, item I, no entendimento da capacidade interna de pagamento, porque nós definimos no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 82, de 1990, já referida pelo Senador Raimundo Lira, que diz:

Resolução nº 82: “Entende-se por capacidade interna de pagamento, a diferença positiva entre as receitas e despesas da administração pública federal direta e indireta, excluída a das instituições financeiras federais”.

Com isso, quero saber se o endividamento do Brasil não vai, realmente, alterar a possibilidade funcional dessas entidades a que nos referimos, as instituições financeiras federais.

Por último, gostaria de indagar a V. Ex<sup>a</sup> se há no seu Ministério, algum plano de alteração do funcionamento do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e dos bancos regionais, notadamente o Banco do Nordeste do Brasil, se há algum estudo que procura uma alteração substancial nessas instituições financeiras?

Eram as indagações que queria fazer a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Sr. Ministro para as respostas.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Com relação às perguntas de V. Ex<sup>a</sup> eu poderia fazer as seguintes considerações: primeiro, quanto aos reflexos sobre salários e empregos. Eles se darão na medida em que essas negociações, sem dúvida, consolidam as oportunidades e as chances do programa econômico ter êxito. E da inserção dinâmica do Brasil na economia internacional e dessa retomada de investimentos e retorno de capitais também brasileiros que isso vai ser um complemento extremamente importante, não só quantitativo, em termos de recurso, mas também qualitativo, em termos de tecnologia que poderão trazer consigo. De modo que essa normalização das relações financeiras é crucial para que o País possa voltar a crescer, e a razão é simples: se V. Ex<sup>a</sup> comparar 1970, que foi ainda um ano de grande crescimento e de muitos investimentos sobretudo em 1980, verificará claramente que houve dois segmentos em que ocorreu uma queda brutal da poupança e do investimento, e foi exatamente o setor externo em que a poupança externa chegou a significar 5 a 6% do produto, adicionando, portanto, a nossa capacidade de investir. Enquanto que na década de 80, ao contrário, houve uma reversão e até uma saída de capitais. E o outro foi o setor público, em que a poupança chegou a 8%, chegando a ser negativa na década de 1980. É por isso que o esforço do Governo se concentra muito nesse aspecto da capacidade de poupança do setor público com o saneamento das suas finanças e na capacidade de voltarmos a atrair capitais estrangeiros e, sendo indispensável para isso, a normalização das nossas relações financeiras.

Quanto à capacidade interna de pagamento, portanto a capacidade fiscal entendida como diferença entre receitas e despesas, temos procurado rigorosamente cumprir as determinações da Resolução 80/90, do Senado.

Quanto ao programa de alteração do funcionamento do Banco do Brasil, Caixa Econômica e o Banco do Nordeste do Brasil estamos acompanhando muito de perto o andamento e queremos também, ser atuantes na regulamentação do art. 192, da Constituição Federal, que diz respeito ao Sistema Financeiro Nacional. E aí é que me parece ser o momento adequado de procurar reavaliar, fazer uma reflexão se deve ou não haver alguma modificação substancial do papel dessas organizações.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Perguntarei a V. Ex<sup>e</sup>, quais os efeitos reais do plano que foi adotado quando era Ministra da Pasta que V. Ex<sup>e</sup> ocupa hoje, a Dr<sup>a</sup> Zélia Cardoso de Mello? Se hoje aquelas medidas têm, pelos fatos presentes, a demonstração de acerto ou se aquelas medidas drásticas, adotadas quanto à correntistas, se elas foram acertadas?

Gostaria que V. Ex<sup>e</sup> fizesse uma avaliação rápida de que seria o Brasil sem o plano que foi encabeçado naquele momento pela Ministra Dr<sup>a</sup> Zélia Cardoso de Mello.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — O grande acerto daquelas medidas foi dar um basta ao risco da hiperinflação, porque ameaçava desestruturar toda nossa economia, talvez, esgarçando mesmo o tecido social.

Na continuação da aplicação do plano houve, por razões que não cabe entrar a fundo, certos desvios de implementação que acabaram frustrando alguns dos objetivos visados que seria a consolidação da estabilização econômica. Veio o Plano Collor II e apesar do esforço atual de procurarmos voltar a esse leito de combate à inflação de uma maneira agora mais sistemática porque não estamos numa situação como estávamos naquela época, do perigo de uma hiperinflação.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Muito grato a V. Ex<sup>e</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, último orador inscrito para interpelação.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, desejo congratular-me com V. Ex<sup>e</sup> Sr. Ministro por mais este contato com o Senado, que nos parece muito salutar, à medida que, de um diálogo de alto nível num momento de crise como esse que atravessamos no País, pode-se chegar a resultados positivos. E V. Ex<sup>e</sup> melhor do que ninguém, deve dar o testemunho à Nação de como se tem portado o Congresso Nacional, em particular o Senado, no que tange à solução dos mais graves problemas que afligem o País, entre os quais desejo salientar a renegociação da dívida externa, que passa mais de perto pelo Senado, em face da nossa atribuição privativa de autorizar ou não os termos dos acordos a serem celebrados.

Lembra-se V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Ministro, que, depois de muitas discussões, aprovamos, por exemplo, no ano passado, o acordo para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa que vem sendo cumprido, segundo resposta que recebi de Requerimento de Informações formulado a V. Ex<sup>e</sup>, dentro da capacidade de pagamento, conforme o art. 3º da Resolução nº 83 de 1990. Resta-nos, agora, esperar que, não somente a renegociação concluída ontem com o Clube de Paris, mas, posteriormente, também a renegociação com os bancos privados, cheguem também ao Senado, para que possamos debru-

çar-nos, oportunamente, sobre os seus termos e dar a palavra final na linha que tem pautado nossa conduta, nesta Casa, ou seja, acima das nossas divergências político-partidárias está o interesse nacional.

Sr. Ministro, no que tange à nossa situação econômica, gostaria de colocar, para V. Ex<sup>e</sup> algumas considerações.

Não obstante as notícias relativas à negociação de parte da dívida externa com o Clube de Paris e da perspectiva de uma grande safra agrícola para este ano, fatos que deverão, sem dúvida, contribuir para o melhoramento da situação econômica, creio estarmos ainda sem condições de vislumbrar uma saída exequível para a crise em que o País se encontra.

Considero que o alto custo social que a política econômica vem infligindo à sociedade brasileira, particularmente à classe trabalhadora — expresso nos números recordes de desemprego, de falência de empresas, de queda de salário real e aumento assombroso da economia informal, entre outros aspectos sumamente negativos, de que todos nos damos conta com tristeza e preocupação — não tem correspondido a resultados substanciais de estabilização econômica com o declínio concreto da inflação, que continua no altíssimo patamar dos 25%.

Neste ponto, faria um comentário, pedindo vênia, porque não sou economista; limito-me à atividade de político, que, segundo dizem, é um técnico em idéias gerais.

Apesar de todo o empenho de V. Ex<sup>e</sup> e dos que executam a política econômica do Governo, no sentido de comprimir o consumo, através da manutenção de altas taxas de juros, sob o argumento de que a nossa inflação é de demanda, indagaria a V. Ex<sup>e</sup> se não há, afi, um certo equívoco, se não estaríamos diante de uma inflação de custo, como querem alguns economistas que insistem em dizer que o preço dos altos juros é transferido para os preços finais dos bens e serviços e que, portanto, a manutenção das altas taxas de remuneração do capital, vale dizer dos juros, seria realimentadora do processo inflacionário.

Mas, Sr. Ministro, teria algumas perguntas a mais a fazer a V. Ex<sup>e</sup>:

1. Não se faz necessário que o Governo adote mecanismos capazes, a curto prazo, para arrefecer os efeitos negativos da recessão econômica, sobretudo na área social, através de programas de emergência?

2. O Governo vai suspender provisoriamente a política de aumentos reais de tarifas e preços públicos com vistas a não causar novos impactos inflacionários, apesar dos compromissos, segundo se afirma, com o Fundo Monetário Internacional?

3. Apesar das estimativas oficiais indicando uma grande safra agrícola, teme-se que o nível de estoques esteja muito baixo, o que faria com que essa safra anunciada apenas atendesse às necessidades dos primeiros meses do ano. Tem o Governo números reais desses estoques?

4. Diante da manutenção da taxa inflacionária no patamar de dois dígitos, mesmo com as restrições monetárias em vigor, surgem novamente, com mais ênfase, propostas de dollarização da economia. V. Ex<sup>e</sup> mantém a afirmativa de que o Governo não cogita de adotar saída desse tipo para acelerar a queda da inflação?

5. A recessão econômica tende a aprofundar-se ainda mais à medida que o Governo busca assumir os compromissos assumidos através do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Nesse contexto, o mercado externo figura como possi-

bilidade de arrefecimento do impacto recessivo e as medidas recentes relativas ao comércio externo vêm nesse sentido. Mas, não considera V. Ex<sup>a</sup> que os resultados práticos dessas medidas não podem ser conseguidos a curto prazo? Assim, não deveria o Governo flexibilizar mais a política de juros — voltar a falar em juros — tornando mais factível o financiamento de investimentos produtivos?

6. E, por último, diante da utilização dos títulos de conversão da dívida externa em projetos ecológicos e na privatização de empresas públicas, qual a posição de V. Ex<sup>a</sup> quanto à possível aplicação desses títulos, preferencialmente, no custeio de projetos prioritários, à juízo da Sudene e do BNDES, para o desenvolvimento do Nordeste?

*Durante a interpelação do Sr. Humberto Lucena, ao Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira, o Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Com a palavra o ilustre Ministro Marcílio Marques Moreira.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA** — Ilustre Senador Humberto Lucena, vou procurar responder as colocações de V. Ex<sup>a</sup>, que me parecem muito pertinentes.

Em relação à primeira pergunta, a do alto custo social, se não haveria um equívoco, se as taxas de juros não estariam realmente criando inflação através da inflação que seria, de custos, na minha visão é de que "não". Realmente, a política monetária tal como concebida, de colocar a taxa de juros um pouco acima de expectativa da própria sociedade em relação à inflação, parece-me indispensável neste momento e creio que foi ela a responsável pela interrupção da escalada que estava ocorrendo até novembro. Não considero que seja uma vitória termos estabilizado a inflação por três meses, mas foi uma pequena batalha ganha; ainda há muitas batalhas a ganhar e essas só poderão ser ganhas com a redução, de fato, da inflação.

Lembraria que, infelizmente, a nossa estagnação, a nossa recessão data de 1981, faz mais de onze anos, período em que não tivemos nenhum crescimento per capita. De modo que não estamos lutando contra uma inflação que ocorreu no passado, mas estamos combatendo uma inflação que está durando onze anos, até mais, porque ela se vinha acumulando anteriormente, apenas não tinha esse caráter recessivo que acabou adquirindo. No ano de 1990, por exemplo, ficou claro que a recessão não começou com o combate à inflação. A recessão realmente começou nos últimos meses de 1989 quando a inflação se acelerou, porque a inflação é o pior inimigo do emprego, do salário, foi nos momentos da aceleração da inflação que o salário real caiu mais e não nos momentos de combate à inflação. De modo que, realmente, nesses onze anos tivemos períodos amplos de taxas de juros muito menores sem nenhum impacto. Ao contrário, todas as experiências heterodoxas em que a taxa de juros é muito baixa acabaram reestimulando a inflação. Estamos num momento agora delicado mas promissor, em que começam a surgir os primeiros sinais de arrefecimento da inflação; começam a surgir os primeiros sinais de chegada da safra agrícola, de uma pequena retomada de consumo em nível de bens, como por exemplo, em supermercados, perseverando alguns meses — não serão necessários muitos meses — essa situação poderá definir-se muito melhor.

Entretanto, concordo — e aí respondendo já a segunda pergunta de V. Ex<sup>a</sup> — que devemos continuar a pensar. Temos

realizado estudos, inclusive sob a direção do professor Roberto Mamedo sobre políticas contracíclicas. Ainda esta semana tive uma reunião com meus colegas dos Ministérios da Ação Social, da Educação e da Saúde para procurar delinear um programa de ação social, tendo exatamente o sentido que salientou V. Ex<sup>a</sup>, pelo qual sem aumentar os encargos, mas priorizando certas rubricas já existentes no Orçamento, pudesse haver um impacto socialmente compensador, ao menos em parte, a efeitos negativos da política contracionista.

Quanto às tarifas públicas, respondo que sim. Nossa política no momento, para este e para os próximos meses, é no sentido de moderar muito esse processo de recuperação de preços públicos em geral, no que diz respeito tanto ao próprio câmbio, como ao preço de combustíveis, da energia elétrica, dos correios, de comunicações e de telefones, o que já agora começa a ser implantado e não contradiz o nosso programa econômico.

Devo esclarecer a V. Ex<sup>a</sup>, também, que não temos nenhum compromisso com o Fundo Monetário Internacional, não há mesmo um acordo. Temos compromisso com o nosso programa econômico, de que demos conhecimento ao Fundo, através da carta de intenções. E lá havia a intenção, que é a nossa, de aumentar o nível médio das tarifas públicas em 92, com relação à média de 91, em talvez um pouco mais de 15%. Mas a grande recuperação de tarifas que ocorreu em preços públicos, a partir sobretudo de outubro, já as recolocou mais ou menos 10% acima da média do ano de 91. É importante que aconteça essa recuperação, porque isso definirá o déficit público, portanto, o próprio combustível da inflação, isso pode ser feito em meses subsequentes, quando não estiverem prevalecendo essas fortes pressões inflacionárias.

Quanto à safra agrícola, temos acompanhado o assunto para que haja uma comercialização muito fluida, muito eficaz; os estoques são realmente baixos, mas não há necessidade de um grande aumento. Creio que a safra será suficiente para prover a procura, a demanda, o abastecimento interno, e ainda deixar para o próximo ano um nível suficiente de estoques de modo que, tudo indica, o impacto será positivo em termos de inflação e de completo abastecimento do País. É muito alvissareiro que a safra de produtos de consumo direto da população, como arroz, feijão e milho tem sido muito boa.

A quinta pergunta de V. Ex<sup>a</sup> diz respeito à uma dolarização. Repito que esta hipótese está totalmente excluída, ela não seria eficaz numa economia tão pouco exposta à interface internacional, uma economia que não é dolarizada nem em termos de unidades de valor nem mesmo de efetivo. É uma situação completamente diferente da Argentina. Queremos reforçar nossa própria moeda, o cruzeiro. Poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o nosso programa é de cruzeirização da nossa economia, onde o cruzeiro seja a moeda forte, moeda respeitável, confiável; é a restauração do crédito público e da moeda nacional.

Creio já haver respondido um pouco as duas próximas perguntas que dizem respeito à flexibilização de critérios. No momento, trata-se mais de procurar algumas políticas contra cíclicas compensadoras e, evidentemente, fazer a dosagem, sobretudo a partir de abril, quando haverá um reforço bastante grande da parte fiscal, fruto da reforma tributária do ano passado; poderemos dar menos ênfase à política monetária sempre mantendo, entretanto, juros positivos, mas com menos ênfase. Portanto, com a diminuição das próprias taxas inflacio-

nárias e com a entrada em cena de um maior apoio fiscal, isso poderá ser atingido.

Quanto aos projetos de conversão que existem — como V. Ex<sup>e</sup> lembra a possibilidade de projetos ecológicos — embora não se tenha apresentado ainda nenhum caso concreto, poderá ser possível a conversão na privatização. A privatização é um ponto muito especial, porque, aí, o investidor estrangeiro, que, aliás, não mostrou grande interesse na privatização, não recebe cruzeiros, não recebe moeda local, mas ações. Portanto não há nenhum expansão monetária. Entretanto, se o fizermos em relação a projetos privados, necessariamente terá de haver uma emissão de cruzeiros, aumentando a emissão de moeda, que preocupa a nós todos, especialmente ao Senador Eduardo Suplicy.

Aproveito este momento, se V. Ex<sup>e</sup> permitir, para responder a uma questão que me foi feita por escrito e trazida pelo Senador Eduardo Suplicy. Trata-se da questão da senhoriação e seu aumento. Devo dizer que ela decorreu, sobretudo, do Plano Cruzado II, quando houve uma queda brusca da inflação e, portanto, uma remonetização da economia. Foi ali que houve a maior expansão da senhoriação. Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex<sup>e</sup> deseja intervir na réplica?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB) — Sr. Ministro, agradeço a V. Ex<sup>e</sup> as respostas que me deu.

A título de comentário devo apenas dizer que V. Ex<sup>e</sup> se referiu à recessão, afirmando que ela se iniciou no País em finais de 1989, quando houve um pique da inflação, já então a nível de hiperinflação. Mas na verdade, foi sobretudo a partir de 1990 que a recessão se acentuou no País, em face da opção do Presidente Collor por um plano econômico de natureza nitidamente ortodoxa, embora depois, como sabe V. Ex<sup>e</sup>, com o Plano Collor II o Governo tenha aderido ao modelo heterodoxo, com o congelamento de preços e de salários. A recessão tornou-se realmente brutal em 1991, a ponto de, como sabemos, em São Paulo, segundo informam os dados estatísticos, estarmos com cerca de dois milhões de desempregados. Não desconhece também V. Ex<sup>e</sup> que nunca o trabalhador brasileiro, tanto do setor privado como do setor público, foi tão sacrificado em matéria de salário. O arrocho salarial, que vem acompanhando a política de combate à inflação é realmente injusto e perverso.

V. Ex<sup>e</sup> declarou que a recessão começou no final de 1989, no governo Sarney. Lembro, porém, que na administração passada, o País cresceu 25%.

E mais, naquele tempo sabe V. Ex<sup>e</sup> que, apesar da inflação, havia a indexação geral da economia. Os preços subiam, mas os salários acompanhavam. Talvez por isso, o ex-Presidente Sarney tenha podido conseguir atravessar os últimos anos de seu mandato sem maiores abalos de natureza social.

Lembro-me até — já o disse desta tribuna e repetiria a V. Ex<sup>e</sup> à guisa de ilustração — que, na época, como Presidente do Senado, procurei certa vez o Presidente Sarney para lhe demonstrar a minha preocupação com a possibilidade de uma convulsão social diante da disparada inflacionária. Sua Excelência, muito calmamente, me respondeu: "Fique tranquilo, pois está tudo indexado". Na verdade, eu não sei se Sua Excelência tinha razão ou não, mas o fato é que, naquela fase, a maioria da população, que é constituída de trabalhadores, vivia melhor, porque tinha dinheiro para comprar sobretudo os produtos de primeira necessidade.

Esta consideração eu a faço, no final, para colocar em nome do PMDB, um apelo no sentido de nós, pelo menos, tentarmos durante este ano, que será mais duro ainda, a meu ver, no que tange à recessão. Realmente, pela Carta de Intenções enviada pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional, inevitavelmente deveremos ter uma política econômica muito mais rígida e, por conseguinte, uma recessão muito maior. E isso, Sr. Ministro, poderá redundar inclusive numa convulsão social, que, sendo má conselheira, poderá por em risco o próprio projeto democrático brasileiro.

Ainda ontem, quando assistimos ao noticiário da televisão, tivemos a oportunidade de ver a ocupação de uma pequena indústria em São Paulo, se não me engano, por cerca de 80 a 100 operários, que há mais de 6 meses não recebem os seus salários; e ali se desencadearam incidentes gravíssimos que devem ter redundado até em lesões corporais de diversas pessoas, indicando um sintoma alarmante de tumulto social. Daí por que eu perguntaria a V. Ex<sup>e</sup> se não seria o caso — além dessa preocupação que V. Ex<sup>e</sup> traz hoje ao Senado, que é louvável, de encontrar, através do Ministério da Ação Social, meios e modos de elaborar um plano capaz de atenuar os efeitos da recessão no campo social — de V. Ex<sup>e</sup> também fazer ao Presidente Collor uma ponderação no sentido de repensar a política salarial. Quem sabe se não seria possível, pelo menos, chegarmos àquele ponto que foi, há pouco, colocado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, ou seja adotarmos uma pré-fixação de salários, preços e juros, que, aliás, como se lembra V. Ex<sup>e</sup>, constou do Plano Collor I, mas não chegou a ser aplicada porque, logo após abril de 1990, quando a inflação, que a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello previa para zero, apontou para 3% ou 5%, foi revogada. É apenas uma preocupação de natureza social que quero salientar para V. Ex<sup>e</sup>, diante dos compromissos que temos com a maioria do povo que, repito, é formada de trabalhadores, que, tenho certeza, angustia V. Ex<sup>e</sup>, que é um homem público que merece respeito, pela sua competência e pelo seu patriotismo com uma grande folha de serviços prestados ao País.

Muito obrigado a V. Ex<sup>e</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Volto a palavra ao Sr. Ministro, para as suas conclusões.

**O SR. MINISTRO MARCÍLIO MARQUES MOREIRA**

— Em relação ainda à intervenção do nobre Senador Humberto Lucena, certamente levaremos em conta a sua preocupação, que coincide aliás com a nossa, evidentemente porque nossa política econômica não quer ser rígida, e não o será, será simplesmente rigorosa. Rigorosa, mas sensível aos anseios sociais. E é por isso que consideramos que a hiperinflação, ou a inflação, é realmente a pior inimiga dos salários. Não sou eu que contesto V. Ex<sup>e</sup>. São os números, muito claros, pois numa inflação ascendente — aliás é um problema matemático — em aceleração, a indexação não protege, de maneira nenhuma, os salários reais. Há uma recuperação dos salários nominais não correspondida, entretanto, pelos salários reais. E isso realmente é o mais importante. Inclusive números recentes do último relatório do IPEA mostram que há uma leve recuperação dos salários reais nos últimos meses, apesar de não haver indexação.

Eu gostaria ainda, voltando a uma pergunta que me foi feita pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, por escrito baseado inclusive em informações adicionais que me foram dadas por minha assessoria, que, na concepção de senhoriação tal como aqui apresentada, ela não depende apenas da expansão da

base, mas também do próprio imposto inflacionário. Portanto, a própria inflação age e corrói o estoque da dívida e traz um imposto inflacionário que é levado em conta. Evidentemente, nem expansão da moeda nem inflação são objetivos que perseguimos. Entretanto, eles podem ocorrer e, se ocorrem, têm um valor econômico. Foi isso que demonstramos.

Estamos procurando reduzir a emissão da moeda, mas acreditamos ser difícil não haver um aumento de 2% a 5% ao ano, porque, a termos isso e, ao mesmo tempo, a devolução dos cruzados, teríamos que ter uma taxa de juros tão alta que os resultados seriam muito mais graves do que esses efeitos colaterais indesejados que estamos percebendo.

Entretanto, ilustre Senador, estamos prontos a entrar em detalhes com minha assessoria, tão logo V. Ex<sup>e</sup> o deseje.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Sr. Presidente, V. Ex<sup>e</sup> me permitiria um breve pedido de esclarecimento sobre esse assunto?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Nobre Senador Eduardo Suplicy, lamentavelmente a Presidência não encontraria respaldo regimental para conceder novamente a palavra a V. Ex<sup>e</sup>, já que esta Casa teve o privilégio de ouvi-lo como primeiro orador inscrito na sessão de hoje. V. Ex<sup>e</sup> fez a sua intervenção com o brilho atual, mas a Mesa, da mesma forma como negou a solicitação ao nobre Líder Marco Maciel, sente-se no dever também de elastecer essa vedação, que constrange a Mesa, sim, mas teríamos que cumprir fielmente a letra do Regimento.

Naturalmente, da mesma forma que V. Ex<sup>e</sup> encaminhou por escrito a indagação ao Ministro, poderá fazê-lo novamente. Acredito que S. Ex<sup>e</sup>, no momento próprio, remeterá as informações a V. Ex<sup>e</sup>.

Portanto, chegamos ao instantes finais desta sessão. Em nome da Mesa, desejo agradecer ao Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira a participação nesta sessão, prestando à Casa numa longa exposição os esclarecimentos iniciais, e, a seguir, todas aquelas informações que, a juízo de cada Senador, foram consideradas fundamentais para elucidar a política econômica até aqui seguida pelo Governo.

Em nome da Casa, agradeço novamente a presença do Sr. Ministro Marcílio Marques Moreira e designo a mesma Comissão para acompanhar o Titular da Pasta da Economia, Fazenda e Planejamento ao gabinete da Presidência.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Áureo Mello — Darcy Ribeiro — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Henrique Almeida — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Márcio Lacerda — Mário Covas — Nelson Carneiro — Raimundo Lira — Valmir Campelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

##### — 1 — PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 1991

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado n° 220, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que isenta de contribuição para a seguridade social a entida-

de que atenda os requisitos que menciona, tendo PARECER, sob nº 580, de 1991, da Comissão

— Diretora, oferecendo a redação do vencido.

##### — 2 —

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 18, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 18, de 1991, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Senhores Senadores, que fixa o número de votos necessários à rejeição do voto (1<sup>a</sup> sessão de discussão).

##### — 3 —

#### PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 1991, de autoria do Senador Francisco Rollemberg e outros Senhores Senadores, que suprime o item II e renomera o item III do art. 40 da Constituição (1<sup>a</sup> sessão de discussão).

##### — 4 —

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 20, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 20, de 1991, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal (1<sup>a</sup> sessão de discussão).

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 14 minutos.)

#### ATA DA 255<sup>a</sup> SESSÃO, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1991

(Publicada no DCN — Seção II, de 17-12-91)

#### RETIFICAÇÃO

Na página nº 9690, 2<sup>a</sup> coluna, na Fala da Presidência, in fine,

Onde se lê:

As matérias foram aprovadas em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais.

Os projetos vão à Câmara dos Deputados.

Leia-se:

As matérias foram apreciadas conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais.

O Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1991, vai ao Arquivo; os demais projetos vão à Câmara dos Deputados.

#### ATO N° 58/92 DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.569/91-0, RESOLVE APOSENTAR, voluntariamente, EOLOGIO FERREIRA BARBOSA, matrícula 0009, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Análise, Segunda Classe, PL S24, do Quadro Permanente do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos dos Artigos 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, 186, inciso

III, alínea a, e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1992. — Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

**ATO Nº 59/92  
DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 137/92-8, RESOLVE APOSENTAR, voluntariamente, CARLOS GOMES CARVALHO, matrícula 1771, Especialista em Indústria Gráfica Legislativa/Técnicas, Quarta Classe, PLM 09, do Quadro Permanente do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos dos Artigos 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, 186, inciso III, alínea a, e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1992. — Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

**ATO Nº 60/92  
DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1553/91-7, RESOLVE APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcio-

nais ao tempo de serviço, ZACARIAS RODRIGUES BRAGA, matrícula 0319, Especialista em Administração Legislativa/Técnicas, Terceira Classe, PL M12, do Quadro Permanente do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, nos termos dos Artigos 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, 186, inciso III, alínea c, e 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1992. — Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

**ATO DO PRESIDENTE  
Nº 61, DE 1992**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.166/92-1, RESOLVE APOSENTAR, voluntariamente, JOÃO TEIXEIRA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1<sup>a</sup>, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.